



Anais da Assembléia

Nº 31

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 13 DE ABRIL DE 1993

ANO XIX

MESA DIRETORA

ORLANDO PESSUTI
Presidente - PMDB

HERMAS EURIDES BRANDÃO
1º Vice-Presidente - BPI

GERALDO CARTÁRIO RIBEIRO
2º Vice-Presidente - PP

ANIBAL KHURY
1º Secretário - PTB

DIRCEU SILVEIRA MANFRINATO
2º Secretário - PP

BASILIO ZANUSSO
3º Secretário - PFL

CEZAR AUGUSTO CAROLLO SILVESTRI
4º Secretário - PDT

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

LIDERANÇAS

PMDB - Governo	Deputado RENATO GUIMARÃES ADUR
PFL	Deputado PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES FILHO
PDT	Deputado PAULO MAIA DE OLIVEIRA
PTB	Deputado ERONDY SILVÉRIO
PSDB	Deputado ALCEU ANTONIO SWAROWSKI
PT	Deputado FLORISVALDO FIER (Dr. Rosinha)
PL	Deputado JOSÉ COLOMBINO GRASSANO
PP	Deputado NILTON ROBERTO BARBOSA
BPI	Deputado LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PMDB - 12: Atilho Adelino Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Severino Félix Pessoa - Djalma de Almeida Cesar - Cleiton Kielse Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - Eurides Moura - • Oswaldo Trevisan - • Luiz Henrique Bória Turra - • Nereu Alves de Moura; **Suplentes:** - Jonas Xavier Pinto - Rogério Donato Kampa - Hidekazu Takayama; **PP - 10:** João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Neivo Antonio Beraldin - Dirceu Silveira Manfrinato - Luiz Carlos Martins Gonçalves - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti - Julio Bifon - Antonio Costenaro Neto; **PFL - 06:** Élio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Duffio Genari - Plauto Miró Guimarães - Luiz Antonio Penteado Setti - Nenson Garcia; **Suplentes PFL e PRN:** José da Silva Reis - Voldimir Mirão Maistrovicz - Antonio Ferreira Rüppel Filho; **PDT - 06:** Cezar Augusto Carollo Silvestri - Emilia de Salles Belinati - Algaci Osmário Túlio - Paulo Maia de Oliveira - Namir Piacentini - Luiz Carlos Zuk; **Suplentes:** Valderi Mendes Vilela - Guiomar Mario Pizzato - Adilson Gonçalves Netto; **PTB - 06:** Erondy Silvério - Anibal Khury - José Alves dos Santos - Ademar Luiz Traiano - Mário Bezerra Guimarães - João F Falavinha Iensen; **Suplentes:** Nilton César Servo - Geraldo Atsumi Yamada; **PSDB - 01:** Alceu Antonio Swarowski; **Suplentes:** Tadeu Lucio Machado - José Boiko; **PT - 03:** Ovídio José Constantino - Ernani Pudell - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha); **Suplentes:** Lygia Lumina Pupatto - Perides de H. Mello; **PL - 03:** José Colombino Grassano - Dalton Machuca - Carlos Xavier Simões; **Suplentes:** Delvino Longhi - Mário Vargas J. da Rocha; **BLOCO PARLAMENTAR INDEPENDENTE - 07:** Valdir Luiz Rossoni - Luiz Carlos Alborghetti - Lourenço Fregoneze - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus - Antonio Martins Annibelli - Heinz Georg Herwig - Hermas Eurides Brandão; **Deputados Licenciados:** Luiz Carlos Cafo Quintana - Secretário de Estado - Casa Civil; José Durval Mattos do Amaral - Secretário de Estado do Trabalho e da Ação Social; José Afonso Júnior - Secretário de Estado de Esporte e Turismo; José Tavares da Silva Neto - Secretário da Justiça e da Cidadania

(*) SUPLENTE no exercício do mandato de Deputado.

3. SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.ª LEGISLATURA
ATA DA 28.ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 13 DE ABRIL DE 1993

(TERÇA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Hermas Brandão, secretariada pelos Senhores Deputados Heinz Herwig e Basílio Zanusso.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Orlando Pessuti, Hermas Brandão, Anibal Khury, Dirceu Manfrinato, Basílio Zanusso, Cezar Silvestri, Ademar Traiano, Algaci Túlio Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Cleiton Kielse, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Dalton Machuca, Djalma de Almeida César, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Edson Silva Lino, Élio Rusch, Emilia Belinati, Ernani Pudell, Erondy Silvério, Eurides Moura, Heinz Herwig, João Iensen, João Preis, José Alves, José Arthur Ritti, Júlio Bifon, Lourenço Fregonese, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Luiz Henrique Bona Turra, Mário Bezerra, Namir Piacentini, Neivô Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nereu Alves de Moura, Nilton Barbosa, Oswaldo Trevisan, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Renato Adur, Severino Félix e Toti Colaço (49). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Geraldo Cartário, Alceu Swarowski, Carlos Simões, Plauto Miró Guimarães e Rossoni (05).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede a leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede a leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Ofício:

OFÍCIO Nº 1737/93

Senhor Presidente.

Venho através do presente, justificar a minha ausência na Sessão Ordinária do dia 13/04, por compromissos inadiáveis em minha região.

Sem mais, renovo meus protestos de estima e consideração.

Sala das Sessões, em 13.04.93.

(a) ROSSONI

Indicação:

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve vem, na qualidade de Líder da Bancada Trabalhista nesta Casa, indicar o nome do Senhor Deputado MÁRIO BEZERRA, como representante na Comissão de Estudos sobre o Gasoduto Brasil/Bolívia.

Sala das Sessões, em 13.04.93.

(a) ERONDY SILVÉRIO

Líder do PTB

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 777

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, vem perante Vossa Excelência, após ouvido o douto Plenário, REQUERER regime de urgência ao Projeto de Lei nº 081/93, de minha autoria, que objetiva alterar a redação do artigo 1º, da Lei nº 9.353, de 27 de agosto de 1991.

Sala das Sessões, em 13.04.93.

(a) NELSON JUSTUS

REQUERIMENTO Nº 789

Senhor Presidente.

O Deputado que assina o presente, atendendo compromissos partidários, estará em Ipiranga no dia 13 do corrente.

Para tanto, comunica a ausência em Plenário, e respeitosamente REQUER as providências administrativas.

Sala das Sessões, em 13.04.93.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARAES

REQUERIMENTO Nº 816

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, na condição de Líder do PTB, vem solicitar a substituição de seu próprio nome como membro da Comissão Especial de Reforma à Constituição, pelo do Deputado ADEMAR TRAIANO.

Sala das Sessões, em 13.04.93.

(a) ERONDY SILVÉRIO

REQUERIMENTO Nº 787

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 13.04.93.

(a) BASÍLIO ZANUSSO

REQUERIMENTO N° 798

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER o arquivamento do Projeto de Lei n° 045/93, de sua autoria.

Sala das Sessões, em 13.04.93.

(a) SEVERINO FÉLIX

REQUERIMENTO N° 799

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER o arquivamento do Projeto de Lei n° 091/93, de sua autoria.

Sala das Sessões, em 13.04.93.

(a) EURIDES MOURA

REQUERIMENTO N° 800

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER o arquivamento do Projeto de Lei n° 092/93, de sua autoria.

Sala das Sessões, em 13.04.93.

(a) EURIDES MOURA

REQUERIMENTO N° 801

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER o arquivamento do Projeto de Lei n° 024/93, de sua autoria.

Sala das Sessões, em 13.04.93.

(a) EURIDES MOURA

REQUERIMENTO N° 802

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER o arquivamento do Projeto de Lei n° 090/93, de sua autoria.

Sala das Sessões, em 13.04.93.

(a) EURIDES MOURA

REQUERIMENTO N° 808

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER o arquivamento do Projeto de Lei n° 061/93, de sua autoria.

Sala das Sessões, em 13.04.93.

(a) JOAO IENSEN

REQUERIMENTO N° 809

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente

REQUER o arquivamento do Projeto de Lei n° 060/93, de sua autoria.

Sala das Sessões, em 13.04.93.

(a) JOAO IENSEN

REQUERIMENTO N° 803

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER o envio, ao Poder Executivo, do anteprojeto de lei em anexo, como subsídio a mensagens futuras sobre o assunto em tela.

Sala das Sessões, em 13.04.93

(a) SEVERINO FÉLIX

REQUERIMENTO N° 804

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER o envio, ao Poder Executivo, do anteprojeto de lei em anexo, como subsídio a mensagens futuras sobre o assunto em tela.

Sala das Sessões, em 13.04.93

(a) EURIDES MOURA

REQUERIMENTO N° 805

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER o envio, ao Poder Executivo, do anteprojeto de lei em anexo, como subsídio a mensagens futuras sobre o assunto em tela.

Sala das Sessões, em 13.04.93

(a) EURIDES MOURA

REQUERIMENTO N° 806

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER o envio, ao Poder Executivo, do anteprojeto de lei em anexo, como subsídio a mensagens futuras sobre o assunto em tela.

Sala das Sessões, em 13.04.93

(a) EURIDES MOURA

REQUERIMENTO N° 807

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER o envio, ao Poder Executivo, do anteprojeto de lei em anexo, como subsídio a mensagens futuras sobre o assunto em tela.

Sala das Sessões, em 13.04.93

(a) EURIDES MOURA

REQUERIMENTO N° 811.

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais,

após ouvido o Plenário, REQUER o envio, ao Poder Executivo, do anteprojeto de lei em anexo, como subsídio a mensagens futuras sobre o assunto em tela.

Sala das Sessões, em 13.04.93

(a) JOAO IENSEN

REQUERIMENTO N° 812

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER o envio, ao Poder Executivo, do anteprojeto de lei em anexo, como subsídio a mensagens futuras sobre o assunto em tela.

Sala das Sessões, em 13.04.93

(a) JOAO IENSEN

REQUERIMENTO N° 810

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, a transcrição nos Anais dessa Casa de Leis, de voto de pesar pelo falecimento do Professor Universitário Samuel Chamecki, ocorrido no último dia 4 de abril de 1993 nesta cidade.

Requer outrossim, que do presente seja dada ciência à família enlutada, no seguinte endereço: Rua Fernando de Barros, 972 - ap. 302 - Curitiba-PR.

Sala das Sessões, em 13.04.93

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

Morto aos 75 anos de idade o Senhor Samuel Chamecki deixa como exemplo de vida a sua dedicação e trabalho junto às atividades voltadas para o interesse público.

Professor catedrático da Universidade Federal do Paraná na área de Engenharia, foi um dos fundadores da Faculdade de Arquitetura, bem como diretor da construção do atual Centro Politécnico do Paraná.

Foi convidado pela UNESCO onde trabalhou no Centro de Ciências de Paris, participando também como membro de honra do Comitê Francês de Mecânica de Solos e Fundações. Seus trabalhos e pesquisas foram publicados em cerca de 30 países.

Merecidamente foi homenageado como "Bicho do Paraná", em janeiro de 1993, motivo de orgulho para todos nós paranaenses, fazendo jus assim à homenagem desta Casa de Leis.

REQUERIMENTO N° 791

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inserção em Ata de voto de profundo pesar pelo falecimento da Senhora Catarina Rocha Pinheiro, no dia 11 do corrente mês.

Sala das Sessões, em 13.04.93

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 792

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inserção em Ata de voto de profundo pesar pelo falecimento do Coronel Armando Soares Guimarães, no dia 08 do corrente mês.

Sala das Sessões, em 13.04.93

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 779

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que conste na Ata dos trabalhos de hoje, um voto de congratulação à Prefeitura de Curitiba, na pessoa do atual Prefeito, Senhor Rafael Greca de Macedo, pela iniciativa do concerto de José Carreras, nas comemorações dos 300 anos da Capital. Pois além do espetáculo artístico e cultural, nessa época de crise financeira, aquela atração proporcionou aos paranaenses radicados com o comércio, hotéis e outros em Curitiba, a cifra de um milhão de dólares.

O valor de um milhão de dólares leva em conta apenas os gastos com hospedagem, alimentação e transporte dos quase dez mil turistas que vieram a Curitiba assistir ao espetáculo. Segundo o Sindicato dos Hotéis e Restaurantes, a taxa de ocupação dos hotéis, ficou acima dos 85%, isto significa um aumento de 123% da taxa normal de ocupação. Cada turista gastou em média 30 dólares por dia, ou seja, só os turistas cadastrados pelo Sindicato deixaram na Cidade cerca de 600 mil dólares em três dias.

O setor de transporte aéreo e urbano também viveu dias atípicos, na manhã posterior ao espetáculo quase três mil pessoas lotaram os vôos para São Paulo e Rio de Janeiro, o que foi uma procura inédita.

As centrais de rádio táxi também não ficaram para trás, apenas uma central fez 150 corridas levando turistas para a Pedreira Paulo Leminski, isto significa que os taxistas arrecadaram quase mil dólares; segundo a central faltaram carros para atender a demanda.

Sala das Sessões, em 13.04.93

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 780

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, usando de suas atribuições e atendidas as formalidades legais, REQUER um voto de Congratulações à Associação Comercial e Industrial de Maringá - ACIM, que no último dia 12 completou o seu 40° aniversário de fundação.

Os serviços prestados pela ACIM à Re-

gião Noroeste do Estado são da mais alta significância.

Contando hoje com 1247 associados, a ACIM cumpre com o seu dever em defesa da iniciativa privada com absoluta imparcialidade e independência.

Homenagear o corpo diretivo e os funcionários da Associação Comercial e Industrial de Maringá - ACIM, é homenagear todas as associações comerciais e industriais que cumprem com sua responsabilidade social e democrática, voltada para os mais altos interesses da população.

Sala das Sessões, em 13.04.93.

(a) JOAO PREIS

REQUERIMENTO N° 796

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente a ACIM, Associação Comercial e Industrial de Maringá, votos de congratulações pela passagem do seu 40° aniversário de fundação.

Sala das Sessões, em 13.04.93.

(a) JOSÉ ALVES

REQUERIMENTO N° 814

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER a inserção em Ata de voto de congratulações, pela eleição e posse na nova diretoria da Associação dos Meninos de Campo Mourão, ocorrida no dia 11 de março passado, na pessoa de sua presidente, Senhora Beatriz Bertani Lopes da Costa e demais integrantes da diretoria, almejando votos de profícuo e edificante trabalho em prol dos 26 menores aos quais presta atendimento educacional.

Sala das Sessões, em 13.04.93.

(a) NAMIR PIACENTINI

REQUERIMENTO N° 778

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja oficiado ao Senhor Governador do Estado, que instrua ao Departamento de Estradas de Rodagem - DER, para que atenda o pedido feito pelos moradores da Vila Suíça - Abranches, quanto à construção de um acostamento no Km 2,5 da Rodovia dos Minérios. A solicitação prende-se ao fato de que muitos acidentes estão ocorrendo naquela rodovia. Pedem também uma lombada na entrada da Vila Suíça, nessa mesma rodovia.

Sala das Sessões, em 13.04.93.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 782

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto e soberano Plenário, o envio de expediente ao Presidente da Companhia Paranaense de Energia - COPEL - Doutor Francisco Gomide, no sentido de que este determine a realização de estudos visando a revisão dos parâmetros norteadores utilizados na composição das tarifas de energia elétrica, eis que a mesma alcançou patamares insuportáveis aos usuários do sistema.

Sala das Sessões, em 13.04.93.

(a) CLEITON KIELSE

JUSTIFICATIVA:

A energia elétrica, ao lado do abastecimento de água, se constitui num dos principais serviços do poder público a benefício da população.

Com o quadro econômico e social que se configura atualmente, os custos da tarifa de abastecimento de energia elétrica, em cuja fatura se inclui a taxa de iluminação pública, estão muito altos, fato que está comprometendo o orçamento familiar, intranquilizando famílias que estão chegando ao limite da capacidade financeira, já que além da energia, têm as despesas compulsórias de água, habitação e transporte e, por conseguinte, acabam tendo que sacrificar sua alimentação e saúde.

É necessário manter o abastecimento de energia elétrica pelos benefícios, pelo bem-estar e segurança que proporcionam aos usuários.

É, porém, inadiável a conscientização sobre medidas de economia, tanto nas residências, quanto na iluminação pública, toda ela paga pelo usuário.

É emergencial verificar a redução possível no total pago pelo usuário, razão pela qual encaminhamos à COPEL este pleito, considerando as reclamações e de parte considerável dos consumidores de energia elétrica que, independente do padrão social, tem sentido o peso do valor das contas de luz.

REQUERIMENTO N° 783

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário da Educação, solicitando a implantação de 01 Casa Familiar Rural no Município de Prudentópolis.

Objetivamente, tem o presente, a finalidade de atender os filhos de agricultores através de uma proposta educacional, aliando a teoria à prática, no sentido de orientar o jovem agricultor, quanto a pos-

sibilidade de trabalho no meio rural, evitando assim, o êxodo rural.

Sala das Sessões, em 13.04.93.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 784

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário do Trabalho e Ação Social, com o objetivo de solicitar a implantação do Projeto Clube do Irmão Caçula, no município de Rio Azul.

Tal medida, visa o atendimento de crianças, que estejam freqüentando à escola dos bairros, cujos os pais trabalham fora.

Que essa Secretaria de Estado, avalie, e dê o necessário respaldo a tão justa solicitação.

Sala das Sessões, em 13.04.93.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 785

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado ofício dirigido ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Saúde, com intuito da liberação da materiais odontológicos para a municipalidade de Ubiratã.

Atualmente, não vem sendo possível atender a contento a todas as pessoas que necessitam de tratamento dentário. Os problemas enfrentados decorrem da falta de materiais mínimos até mesmo como trabalho preventivo.

Que essa Secretaria de Estado, avalie, na medida do possível, e dê o necessário respaldo a tão justa solicitação.

Sala das Sessões, em 13.04.93.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 790

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o Plenário, REQUER, o envio de expediente ao Senhor Doutor José Moacir Favetti, Mui Digno Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando uma viatura para a Polícia Militar do município de São Jorge do Ivaí.

Tal solicitação justifica-se plenamente, haja vista dificuldade que vem sendo encontrada pelos policiais para dar atendimento à população, devido a carência de veículos.

Sala das Sessões, em 13.04.93.

(a) JOSÉ ALVES

REQUERIMENTO N° 794

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de expediente, ao Senhor Presidente da Caixa Econômica Federal, solicitando empenho na liberação do saldo do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS - dos funcionários públicos do Estado do Paraná, que por força da Lei n° 10.219/92 passaram do regime CLT para Estatutário.

Sala das Sessões, em 13.04.93

(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO N° 813

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, o envio de expediente ao Senhor José Moacir Favetti, Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando a adoção de medidas preventivas na área de segurança pública do município de Campo Mourão, através de aumento do efetivo policial, destinação de equipamentos adequados ao desempenho de suas funções, criação e instalação de um pelotão de Guardas Florestais, com montarias, destinado ao serviço de policiamento ostensivo para os parques do Bosque e da Usina, reforma e melhoria das cadeias públicas, adequando-as para se evitar a evasão de presos.

Sala das Sessões, em 13.04.93

(a) NAMIR PIACENTINI

JUSTIFICATIVA:

A grave crise econômica vivida pelo país apresenta aspecto mais significativo no aumento da criminalidade.

A falta de emprego, de moradia de perspectiva enfim, vivida pela classe pobre brasileira, desencadeia esta lamentável realidade.

O município de Campo Mourão também é vítima desta situação, razão pela qual, torna-se indispensável a colaboração do Governo do Estado, através dos órgãos responsáveis pela segurança pública, dotando aquele município de melhores condições, através das medidas na presente propugnadas, o que evitará e previnirá situações de risco desnecessárias à população local.

REQUERIMENTO N° 793

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente ao Ilustríssimo Senhor Dr. Paulo Roberto Cordeiro, Diretor-Presidente da TELEPAR solicitando a prorrogação do prazo de pagamento - sen reajuste do valor - das despesas de custo da

linha telefônica de 31.03.93 para 30.04.93 - para implantação do Posto de Serviço Telefônico na localidade de Basílios (assentamento de Imbauzinho), no Município de Ortigueira.

Requer outrossim, que, sendo possível, a implantação do Posto Telefônico referenciado seja na localidade de Basílios e não no assentamento de Imbauzinho, conforme projeto inicial, beneficiando ainda mais de 100 famílias.

Sala das Sessões, em 13.04.93

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

REQUERIMENTO N° 797

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, seja enviado ofício ao Chefe da Casa Civil do Governo do Paraná, solicitando relatório sobre os resultados levantados, até o presente momento, pela Comissão de Investigação de Denúncias de Superfaturamento na Compra de Helicópteros, constituída pelo próprio Governador.

Sala das Sessões, em 13.04.93

(a) MÁRIO BEZERRA

JUSTIFICATIVA:

Como poder fiscalizador, o Parlamento deve estar atento às ações do Poder Executivo.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 124/93

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - O "Caput" do artigo 2° da Lei n° 7.568/82, passa a vigorar com a seguinte redação:

"As viúvas dos ex-Governadores do Estado do Paraná, que tenham exercido o cargo por mais de 01 (um) ano, passam a perceber pensão mensal no valor de Cr\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de cruzeiros), atualizados de acordo com o índice percentual geral de reajuste do funcionalismo público do Estado".

Art. 2° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, surtindo efeitos a partir de 1° de abril de 1993, ficando revogada a Lei n° 9.182/90 e demais disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.04.93

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto, visa corrigir, a defasagem das pensões pagas às viúvas de ex-Governadores do Estado.

As modificações na política econômica e salarial, impossibilita uma correção justa e equilibrada destas pensões.

O valor estipulado no presente, corrigido de acordo com o índice geral de reajuste do funcionalismo, temos certeza, atualizará sempre os valores de tais pensões.

Diante destes fatos, contamos com a aprovação dos nobres Pares nesta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI N° 125/93

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Brasileira de Estudos do Alcool e Outras Drogas - ABEAD, com sede e foro na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

Art. 2° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.04.93

(a) EMILIA BELINATI

JUSTIFICATIVA:

A presente proposição visa declarar de Utilidade Pública a Associação Brasileira de Estudos do Alcool e Outras Drogas, sociedade científica sem fins lucrativos.

Entidade criada por iniciativa de cientistas e estudiosos da área: médicos, psiquiatras, psicólogos, etc, que tem como finalidades incentivar estudos de álcool e outras drogas psicoativas nas relações com o ser humano e o meio ambiente, fazer intercâmbio de pesquisadores nestas áreas e ainda, articular-se ou filiar-se a associações ou organizações que visam a objetivos afins.

A importância desta declaração de Utilidade Pública é reconhecer a importância desta entidade para o trabalho de conscientização dos males causados pela droga e ainda, dos estudos sobre a questão.

PROJETO DE LEI N° 126/93

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, com sede e foro na cidade de Nova Fátima.

Art. 2° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.04.93

(a) OSWALDO TREVISAN

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende declarar de Utilidade Pública é uma sociedade civil, sem fins lucrativos, que tem como finali-

dade principal atender os deficientes paraplégicos e orientar seus familiares sobre o tratamento e cuidados com os mesmos.

Os diretores exercem seus cargos gratuitamente.

O projeto está de acordo com a Lei nº 6994. Esperamos a aprovação dos nobres Parlamentares.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - No Pequeno Expediente concedo a palavra ao 1º orador inscrito, Deputado João Preis.

Antes de darmos início ao Pequeno Expediente, quero anunciar a visita a esta Casa do Vereador de Jandirá, José Odair Bonassim e José Osvaldo Beltrin.

Do Pequeno Expediente concedo a palavra ao Deputado João Preis.

O SR. JOÃO PREIS - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Estamos requerendo a consignação em ata de um voto de louvor e congratulações à Associação Comercial e Industrial de Maringá, a ACIM, pelos quarenta anos de aniversário de fundação.

Um breve relato sobre o histórico da Associação Comercial e Industrial do Maringá.

ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE MARINGÁ

Há 40 anos era criada a Associação Comercial de Maringá, que logo após passou a ser Associação Comercial e Industrial de Maringá, fruto do idealismo de empresários que sentiram a necessidade de uma entidade que representasse os interesses da classe empresarial de Maringá, que contava apenas cinco anos e muitos problemas.

Desde a sua criação a ACIM sempre esteve diretamente ligada à história de Maringá, buscando soluções, de forma coerente, às dificuldades enfrentadas.

Entre as inúmeras atuações da Associação Comercial e Industrial de Maringá, destaque-se a primeira delas que foi no sentido de solucionar o impasse causado entre a prefeitura municipal e a sociedade como um todo, visto que se tratava do Código Tributário Municipal.

Sempre lutando em prol da comunidade maringaense, representando os interesses da classe empresarial, a ACIM também foi responsável pela eletrificação e o saneamento da cidade.

Não menos importante foi sua atuação para a criação da Universidade Estadual de Maringá, instituição esta que hoje oferece 26 cursos de graduação e atende não só a cidade mas uma vasta região, com alguns cursos de reconhecimento e valorização na-

cional.

A ACIM também foi responsável pela ligação das rodovias Apucarana/Maringá e Paranavaí/Maringá.

A Associação Comercial e Industrial de Maringá, nestas quatro décadas jamais omitiu-se, ao contrário, utilizando-se do poder e responsabilidade que lhe é conferido, qual seja: o de representar os anseios da classe empresarial de Maringá, sempre buscou soluções aos problemas apresentados.

Alguns dos vinte e um presidentes que estiveram à frente desta entidade tiveram destaque em âmbito nacional, como foi o caso de Murilo Macedo (gestão 1957/58) que tornou-se, mais tarde, Ministro do Trabalho.

Atualmente a Associação Comercial e Industrial de Maringá, pode ser considerada, proporcionalmente, a maior Associação do Estado do Paraná, contando com 1.247 empresas filiadas. A ACIM, que possui um quadro de 43 funcionários, oferece uma gama de serviços de apoio às empresas associadas. Tais serviços atendem aos sócios no sentido de prestarem informações técnicas nas mais diversas áreas, além do imprescindível Serviço de Proteção ao Crédito - SPC, que em 1992 atendeu uma média de 48.450 consultas por mês.

Atenta às evoluções e conseqüentes necessidades do mercado, a ACIM está criando mais um departamento, que visa orientar seus associados para a abertura do Mercosul, incentivando e informando, tecnicamente, os trâmites da exportação e importação.

E por essa razão que nós requeremos consignação em Ata de um voto de congratulações à Diretoria e em especial a toda Associação Comercial e Industrial de Maringá pelos seus quarenta anos de aniversário da data da fundação, e nós, para muito orgulho nosso fazemos parte, já fomos diretores e somos parte integrante desta Associação tão valorosa e pelos grandes e relevantes serviços que tem prestado à nossa Cidade.

Muito obrigado!

Apenas para concluir queria agradecer ao Presidente e aos demais companheiros por esse voto para que seja constado em Ata um voto de congratulações a tão importante Associação Comercial.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Heinz Herwig) - No Pequeno Expediente com a palavra o Deputado Mário Bezerra.

"DISCURSO DO DEPUTADO MÁRIO BEZERRA"

Exmo Sr. Presidente, Srs. Deputados:
"Para tomar conta da opinião pública,

é preciso torná-la perplexa, exprimindo de diversos lados e tanto tempo tantas opiniões contraditórias que os cristãos acabam perdidos no seu labirinto e convencidos de que, em Política, o melhor é não ter opinião. São questões que a sociedade não deve conhecer. Só deve conhecê-las quem a dirige. Eis o primeiro segredo"

Esta recomendação, do LIVRO DOS SÁBIOS DO SIAO, para tomar conta da OPINIAO PÚBLICA, parece ser o método adotado pelo Sr. Requião, a testa do Governo do Paraná.

Os recentes episódios ocorridos em nosso Estado, demonstram que Requião é seguidor desta doutrina que prega.

"Nossa palavra de ordem é: força e hipocrisia. Somente a força pode triunfar na política, sobretudo se estiver escondido nos talentos necessários aos Homens de Estado. A violência deve ser um princípio; a astúcia e a hipocrisia, uma regra para os governos que não queiram entregar sua coroa aos agentes de uma nova força. Por isso, não nos devemos deter diante da corrupção, da velhacada e da traição, todas as vezes que possam servir às nossas finalidades. Em política, é preciso tomar a propriedade de outrem sem hesitar, se por esse meio temos de alcançar o poder"

Foi utilizando-se desta doutrina, que o então Deputado Estadual, Roberto Requião, propôs aqui nesta Assembléia em 1983, um Projeto de Lei, sob nº 101/93, que permitia a ocupação de terras públicas e urbanas.

Foi quando se iniciou e assumiu a paternidade das invasões urbanas em Curitiba, e que agora foram estimuladas por ele, no interior do Estado, ao ponto de desobedecer as ordens judiciais para a retirada dos invasores.

Foi bem, as mortes de Campo Bonito, de responsabilidade do Governo Requião, são um triste marco deste estilo de governar, que no dizer de Horácio Martins de Carvalho, na Carta de Demissão que enviou ao Governo, assim pode ser retratado:

"Quando Vossa Excelência, liberou a repressão policial-militar ela demonstrou, mais do que nunca, o seu caráter de ódio ao povo. Atemorizou, torturou e matou, fez-nos recordar, com constrangimento o início dos anos setenta... E, isto, sob tutela de Vossa Excelência.

.....

E disse textualmente na Carta Demissionária o negociador do Governo, para o problema dos sem-terras:

Não acredito em ingenuidade de vossa parte. A vontade de uma "punição exemplar", bem ao sabor da autoridade militar, foi o motivo da vendeta de Campo Bonito".

Talvez esta carta, explique sob a ótica psiquiátrica das exhibições do Governador

Requião praticando tiro ao alvo, portando revólver e se exibindo em helicópteros em ações policiais.

Mas o que me traz a tribuna, não são os fatos lamentáveis deste verdadeiro "CARANDIRU DO CAMPO", mas sim o que pode vir acontecer nos nossos centros urbanos, tudo como resultado direto da ação deste homem que criou o Bandido Ferreirinha, para eleger-se.

Parece que a violência, vai ser a marca do Governo Requião, assim como sua eleição foi marcada pela fraude e pelo "banditismo urdido" na mente maquiavélica desta criatura que usando a hipocrisia como norma, ousadamente utiliza-se da afirmação de que a "VERDADE GOVERNA", no Paraná.

Quero, com a responsabilidade do meu mandato, e com propósito da crítica construtiva, chamar atenção do Governador Requião, para a nova tragédia que ele armou e que infalivelmente irá acontecer. Desta vez não será com os sem-terras, mas as vítimas poderão ser nossos filhos e estudantes, que infelizmente ludibriados como massa de manobras dos "VASSALOS DO FEUDO" como bem explicitou em artigo o jornalista Luiz Geraldo Mazza, no último dia 05.04, ao escrever:

"Há muito Requião escolheu o transporte como alvo de suas investidas desde o tempo em que esteve na Prefeitura, onde fez muito discurso como agora, promoveu muito conflito e pouquíssimo realizou.

E tenta manter sob fogo constante o cartel ao ponto de estimular, como foi amplamente noticiado, através de enganados no seu ócio nervoso, mobilizações nas quais se cogitou justamente o "pula-catraca".

Da mesma forma que mandou caçar, palavra de ordem para a execução, do Líder dos Sem-Terra em Campo Bonito, quando viu que os seus intentos de cortejar o oprimido na questão fundiária fugiram ao seu controle com o linchamento de Policiais Militares, deu cobertura notória à invasão da Ferroviária, sem falar no apoio logístico da SANEPAR e COPEL e na neutralização da Polícia Militar no caso do vexame do acampamento de tem-teto no natal de 1991, na Boca Maldita e no da tentativa, desmoralizada, de perturbar o Fórum das Cidades diante do Hotel Bourbon.

E, adverte o jornalista:

"Ajudou a criar condições psicossociais direta ou indiretamente, para o pula-catraca que pode desfigurar-se em quebra-quebra na passeata programada para o meio da semana e se isso ocorrer, é, desde agora, responsabilizado pelo tumulto, pois é sabido que não colocará a Polí-

cia Militar para mediar a situação para não sofrer desgastes como o ocorrido com os sem-terras em Ferrovile, Norte do Paraná, na hora do Despejo".

Antes de determinar aos seus vassallos, que persigam e intimidem o jornalista Roberto Barroso, porque seu jornal denunciou a tempo o plano diabólico do "Pula-Catracca" para tumultuar o sistema de transporte coletivo de Curitiba, fazendo intimações policiais e intimidatórias, deveria isto sim, o Governador, desarmar a verdadeira bomba-relógio, que sua insensatez, mais uma vez, armou junto a opinião pública.

Não será tentando processar os jornais para que não divulguem a verdade dos fatos e conseqüentemente a responsabilização do ato impensado do seu Governo, que estimulou este tipo de mobilização, que se impedirá a baderna e o quebra-quebra nas ruas da Bela Curitiba.

Será que enquanto uns promovem espetáculos do primeiro mundo para promover a Capital dos Paranaenses, outros tentem através do badernaco e do quebra-quebra, comemorar os 300 anos de Curitiba?

Não.

Sinceramente não acredito que o Senhor Requião, continuará dando cobertura e estimulando este tipo de mobilização.

Em recente editorial o Jornal Estado do Paraná, admoestava o Governo para o grave perigo de uma convulsão popular, concitando, inclusive, a juventude, para que não aderisse a esta forma de luta, porque é ilegal e perigosa.

Mesmo sabendo que é do temperamento do Governador a polêmica, mesmo sabendo que desrespeitar a lei é um estilo de governar do Senhor Requião, como o fez recentemente quando recomendou que as pessoas não pagassem o IPTU em Curitiba, porque ele achava o reajuste exagerado.

Mesmo diante de tudo isso, ainda tenho a esperança de que no caso da baderna de rua, da iminência do quebra-quebra generalizado que pode se estabelecer, e principalmente do risco de vida e da segurança das pessoas, haverá, o Senhor Requião que recobrar o equilíbrio e agir de fato e de direito, como Magistrado, não permitindo que a desordem se instale que a barbárie e selvageria, marquem a Cidade Universitária num campo de batalha, onde só a ordem e segurança pública perderam.

Todavia, se isto não se fizer sentir, e, pela comissão, o Governo, deixar que o pior aconteça e uma desgraça se abata sobre o patrimônio e a vida de pessoas, aí sim, não se poderá mais questionar a legitimidade e legalidade deste Governo.

Não haverá então, argumento algum, que possa ser oposto, para que seja feito um Aditamento, ao pedido de Impeachment que

tramita nesta Casa, contra o Governador do Estado, porque além de não cumprir as decisões judiciais, o Governo incita a desobediência civil e prega a anarquia e o vandalismo.

Que fique aqui registrado, nesta tribuna Parlamentar, não apenas as minhas palavras, mas toda a preocupação e angústia dos homens de bem e de paz, que não querem ver nossa população envolvida em violência e baderna.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Heinz Herwig) - No Pequeno Expediente, concedemos a palavra ao Deputado Dr. Rosinha.

O DR. ROSINHA - Sr. Presidente, Sra. e Srs. Deputados; nós queremos abordar, rapidamente, a questão das privatizações em nosso País.

Alguns setores da sociedade brasileira colocam que a estatização de alguns setores da economia está na contramão da história, ou manter estatizado é ser contramão da história.

Queremos lembrar aos Srs. Deputados que ainda recentemente a antiga Alemanha Oriental, agora a Alemanha é uma única nação, abriu uma licitação pública para instalação de telecomunicações, ou seja, de telefone, por toda a Alemanha. E, as únicas empresas a participarem desta concorrência pública internacional foram as estatais. Entre elas, a italiana e a francesa. Nenhum setor privado se candidatou a expandir a rede de telefones na Alemanha, atingindo a antiga Alemanha Oriental.

Também, ao observarmos, a nível internacional, a atuação do setor de fertilizantes, cerca de 90% das indústrias de fertilizantes são estatais, no mundo todo. Agora, no Brasil, querem privatizar, sob a alegação de que dá prejuízo, a Ultrafertil.

Eu pergunto: se alguma empresa dá prejuízo, qual é o setor empresarial que deseja ter sob sua administração tal empresa? Nenhuma!

Portanto, a princípio, todas as estatais são lucrativas. E no nosso País, as que são consideradas nocivas ao patrimônio nacional, são por razão fundamental de péssima administração dos nossos governantes e devido à corrupção.

E estas privatizações têm ocorrido da maneira mais vergonhosa possível, proporcionando favorecimentos a setores empresariais, causando enormes prejuízos ao nosso País.

E de nada têm adiantado os termos de recuperação da economia nacional, uma vez que todas estas privatizações são feitas com moedas podres. A última das estatais privatizadas, a Companhia Siderúrgica Na-

cional, tinha uma expectativa de lucro. E esta expectativa de preço mínimo não chegou a ser atingida durante a sua venda, chegando a ficar 30% abaixo.

A privatização da Companhia Siderúrgica Nacional representou um prejuízo de no mínimo 550 milhões de dólares para o Tesouro Nacional, ou seja, 15 trilhões de cruzeiros. Esta Companhia, a C.S.N., vinha dando um lucro de 125 milhões de dólares no final do ano de 1992. Após sua venda, os empresários que a compraram, em seis meses, já terão de volta o investimento que fizeram.

Quem imaginava que o Brasil estava sendo passado a limpo, que o Brasil ia ter rumo limpo nas suas relações com a sociedade, enganou-se, pois a privatização da Companhia Siderúrgica Nacional se deu de maneira a favorecer setores empresariais.

A Luiz Nassif, num artigo da Folha de São Paulo do dia 11/04/93, mostra claramente através de que jogo que se deu para favorecer o setor empresarial, e contou com a conivência do Presidente da República, Senhor Itamar Franco, e contou com a ajuda e colaboração do Senhor José de Castro, que foi quem organizou e participou de toda a trama e do golpe de favorecimento desses empresários. O mais assustador é que ao favorecer o setor empresarial, recebeu aplauso, inclusive de quem é chamado Líder Sindical, o Senhor Medeiros, ou seja, o Líder da Força Sindical.

Assim o Brasil que devia ser passado a limpo, continua na lama com o Senhor Itamar, não só no caso da Companhia Siderúrgica Nacional, mas no envio de dinheiro para os usineiros, nas falcaturas que não são clareadas e passado a limpo na TELEBRÁS e na imoralidade do Presidente da Câmara Federal, o Senhor Inocêncio de Oliveira.

Nós esperamos, Senhor Presidente, que essa imoralidade não venha a persistir na administração pública, e que o Governo, em recuo há tempo, não faça a privatização da ULTRAFÉRTIL no Estado do Paraná. Porque como dizem as informações, essa empresa, se privatizada, ou será feita por moeda podre, ou seja, não entrará nada para o Tesouro Nacional.

Se quisermos ver um País a limpo, tem que ter moralidade na coisa pública. E moralidade na coisa pública é moralizar as estatais, porque temos absoluta certeza que todas, bem administradas e sem corrupção, darão lucro, que se não dessem lucro, o setor empresarial não as quereria para si.

O SR. PRESIDENTE (Heinz Herwig) - No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK - Senhor Presidente,

Senhores Deputados.

A Universidade Estadual de Ponta Grossa é, entre as três em termos de Paraná, a que realmente nunca, em época alguma, desde a sua fundação, trouxe aos Governadores que antecederam o atual, nenhum programa em relação à sua administração.

Foi e é uma Universidade que sempre se pautou dentro dos recursos pré-determinados e acima das responsabilidades funcionais que ela assumia. Em época alguma a Universidade Estadual de Ponta Grossa necessitou de algum ajuste para contas pendentes de recursos que foram criados e sem a sustentação e ele destinado.

E agora, quando vemos que na nossa cidade já existe um movimento da criação da Faculdade de Medicina, que tem o apoio não só de toda a população e ainda mais do Poder Público do nosso município, tem a simpatia dos Deputados que se assentam nesta Casa, na pessoa do Djalma, do Plauto, na pessoa do Machuca, desse que vos fala, dos nossos companheiros, Toti de Irati e Domingos do vizinho Município de Castro.

Todos nós sabemos perfeitamente quão necessária é a implantação desse curso para a nossa região e para a nossa Universidade. Ontem entramos com um requerimento a essa Mesa, sabendo das intenções do Governador do Paraná, principalmente quando ele irá indicar os recursos a serem auferidos à nossa Fundação e principalmente a esse novo curso a ser criado.

Em contato com o Conselho Universitário, representado pelo Magnífico Reitor João Carlos, tivemos daquela autoridade de ensino superior, de que somente o curso seria implantado caso houvesse a participação necessária do poder público municipal que já se pronunciou e irá se pronunciar oficialmente, e do Governador do Estado do Paraná.

Acredito e tenho certeza, Senhores Deputados, que a nossa região merece, que a nossa cidade, que muito contribuiu para com o Paraná e para que realmente chegássemos ao ponto onde nós nos encontramos, merece atenção administrativa desse poder maior do Estado em termos de Executivo.

Será na pessoa do Governador realmente a condição pela qual Ponta Grossa terá o seu curso de Medicina.

Temos a certeza absoluta que no próximo orçamento que virá a esta Casa, onde Maringá, onde Londrina serão realmente aquinhoadas com uma parte maior para aqueles dois educandários maiores de ensino no Estado, nós estaremos presentes também com as emendas que forem necessárias para que Ponta Grossa não fique excluída como ficou, marginalizada em todos esses anos de história do ensino universitário.

Temos a certeza que o Líder Renato

Adur, quando retirou para discussão, ontem, aquele nosso requerimento, teve tempo necessário de verificar a sua assessoria, que tão somente para pedir ao Governo a sua posição oficial, para daí nós, pontagrossenses, paranaenses da região dos Campos Gerais, marcharmos para criar um curso com tranqüilidade, com condições administrativas de funcionabilidade desse curso e com recursos de ter um Curso de Medicina à altura que o padrão e principalmente a função médica exigem.

Tenho certeza que hoje, com o retorno da discussão desse requerimento, o mesmo será aprovado, porque o interesse não é nosso, o interesse é de toda esta Casa e do nosso querido Paraná.

Muito obrigado Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Heinz Herwig) - A Mesa gostaria de fazer um registro, anunciando a presença dos Vereadores de Colorado, Antônio Alves Pereira e Evandro Campos.

A palavra está com o Deputado Algaci Túlio, no Pequeno Expediente.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, Senhora Deputada, Senhores Deputados, é com muita satisfação que ocupo a tribuna hoje, para tocar num assunto que já venho fazendo nesta Casa ao longo de seis anos em que aqui ocupo a função de Deputado Estadual, que diz respeito à questão da duplicação da Ferrovia Curitiba-Paranaguá.

Em 1.987, mais propriamente no dia 9 de abril de 1.987, vim a esta tribuna com dados, com relação à necessidade da duplicação desse trecho ferroviário. Mostrava com informações claras e precisas, o quanto era necessária esta duplicação. Em 9 de abril de 1.989 eu voltava a cobrar, dizendo naquele momento que quando se iniciavam os trabalhos da FERROESTE que, concluída integrará a região produtora do Estado, o Sul do Mato Grosso, Paraguai, ao nosso principal canal de exportação que é o Porto de Paranaguá, não era demais lembrar as extensas filas de caminhões de 30, 40 km de extensão, que, durante a safra, se formam neste corredor.

Já falaram sobre o assunto historiadores do Paraná, pessoas da mais abalizada técnica com relação à questão.

Entre elas a figura extraordinária de Luiz Carlos Tourinho. O Nosso Deputado Federal em Brasília, o Deputado Paulo Munhoz da Rocha, é um constante defensor dessa duplicação. E principalmente o jornal "Gazeta do Povo", que, num de seus editoriais, dizia que nos seus 72 anos como principal jornal metropolitano do Paraná, a "Gazeta" lançava um novo conjunto de propostas que renovavam o seu compromisso de vitalidade. Vitoriosa na luta pela con-

servação do solo agrícola; educação técnica; alfabetização; integridade do território paranaense recentemente vencida por nós, por esta Casa no Congresso Nacional.

Lançava também a "Gazeta" a luta no sentido da duplicação do trecho ferroviário entre o Litoral - no Porto de Paranaguá e o 1º Planalto, em Curitiba.

E para satisfação nossa, ontem, quando da sua presença no gabinete do Prefeito Rafael Greca de Macedo, o Presidente da Rede Ferroviária Federal S.A. - Osires Stenghel Guimarães, dizia da necessidade, da premente necessidade dessa duplicação.

O Presidente da Rede Ferroviária Federal S.A., Osiris Stenghel Guimarães, explicou ontem em Curitiba que a linha Curitiba-Paranaguá estará totalmente saturada dentro dos próximos cinco anos, sendo necessário portanto, construir uma nova estrada, cujo projeto pretende iniciar ainda em sua gestão. Em entrevista ao programa "Bom Dia Paraná", na Rede Paranaense de Televisão, Stenghel Guimarães explicou as dificuldades financeiras que retardam o projeto, contudo já há um financiamento negociado com o Eximbank do Japão, praticamente acertado, dependendo agora da renegociação da dívida externa brasileira.

A duplicação da ferrovia, ou a construção de um novo ramal entre Curitiba e Paranaguá é uma antiga reivindicação dos paranaenses sustentada em campanha da Gazeta do Povo.

Os alertas, seguidamente feitos às autoridades, receberam ao longo dos anos, e principalmente mais recentemente, grande apoio de todos os técnicos, empresários e lideranças que participam da mesma preocupação.

O próprio Sindicato dos Engenheiros da Rede Ferroviária, além do apoio à campanha da Gazeta do Povo, juntou recentemente novas informações técnicas sobre a prioridade para esse trecho ferroviário.

O presidente da Rede, Osiris Stenghel Guimarães, informou que os investimentos básicos já vem sendo realizados com financiamento do Banco Mundial, e até 1985, em convênio com a Embratel terá sido implantado o sistema de comunicações por fibras óticas na linha Paranaguá, Curitiba, até Ponta Grossa, seguindo para São Paulo.

A importância do trecho Curitiba-Paranaguá é indiscutível.

No Porto são sete terminais ferroviários, que movimentam de 400 a 600 vagões de 50 toneladas por dia. A previsão é de que neste ano sejam movimentadas seis milhões de toneladas de grãos da safra agrícola.

Pelo menos quatro milhões vão chegar ao Porto de Paranaguá de trem, movimentando 70 mil vagões, num movimento que está

em ascensão, pois a expectativa é de que esse movimento seja superior ao ano passado.

Todos nós somos testemunhas que utilizamos a BR 277 o congestionamento que representa esta rodovia. E agora mesmo, hoje inclusive estava previsto um protesto que fecharia a BR 277 por tempo indeterminado em função com a situação com relação à Mata Atlântica que movimenta os prefeitos do litoral que precisam da regulamentação de um decreto federal que até agora não estabeleceu o que o nativo, o parnanguara, morretense, antoniense, os moradores de Guaraqueçaba podem retirar da Mata Atlântica. Não sabem nem se podem retirar banana, palmito, a caxeta; não sabe nem se ele pode cortar o mato na frente da sua casa porque o decreto federal até hoje não está devidamente regulamentado. E por esta razão estava previsto um protesto hoje de bloquear a BR 277. Com muita luta do Prefeito Julio Salomão de Morretes foi conseguido se evitar esse protesto, mas até amanhã às 9 horas quando haverá uma reunião no Ibama para decidir a situação.

Por isso que eu acho que é de fundamental importância, como acha o Jornal Gazeta do Povo, como acham os historiadores paranaenses, políticos paranaenses preocupados com a duplicação da ferrovia que tenho certeza, contribuiria e facilitaria e até ter um preço mais barato de transporte da nossa safra até o Porto de Paranaguá.

Era isso Senhor Presidente, o fato que venho hoje até a tribuna porque já é com este o 4º pronunciamento que eu faço em defesa da duplicação desta ferrovia de enorme importância para o escoamento da safra do Estado do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK - Senhor Presidente pela ordem.

Eu queria fazer uma retificação no Pequeno Expediente quando falamos do nosso requerimento concernente à matéria da implantação da Faculdade de Medicina no Município de Ponta Grossa, na nossa Universidade, naquela discussão de ontem foi abrangente tão somente ao requerimento do Deputado Rosinha. Agora com o esclarecimento da Mesa e do requerimento do Deputado Renato Adur líder da bancada o mesmo ontem foi aprovado, o qual nós agora queremos retirar parte daquele pronunciamento em referência a retirada de ontem que foi aprovado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Heinz Herwig) - No Grande Expediente concedo a palavra ao Deputado Paulo Maia.

O SR. PAULO MAIA - Senhor Presidente, Se-

nhores Deputados.

Há muitos dias tenho acompanhado os pronunciamentos desta Casa, tenho ouvido acusações, tenho visto a preocupação da imprensa paranaense que tem alertado frequentemente sobre uma preocupação bastante séria que diz respeito a operação "pula catraca".

Nós temos que destacar o pronunciamento feito na semana passada do ilustre Deputado Luiz Carlos Martins que pedia ao Paraná que não se transformasse em puxa-sacos do Governo, mas que se levasse a ele a verdade dos fatos para que pudéssemos ter a realidade posta sobre a mesa a nível de Paraná. E naquela oportunidade citava o caso de estarmos na 7ª colocação como um dos Estados que vive o momento de maior miserabilidade deste País, não precisando, inclusive, ir ao Nordeste.

Ouvi há pouco também o nobre Deputado Florisvaldo Fier falar a respeito da privatização da CSN, e nós vimos uma briga inglória e uma troca de acusações em cima daquele que foi o idealizador desta bandeira e soube arrastá-la e defendê-la, inclusive a nível de Tribunais, que é o Governador do Rio de Janeiro, Leonel Brizola, que já há muito tempo condenava esta iniciativa. Nós não vimos ainda a iniciativa do Governo em tentar passar à privatização empresas que dessem prejuízo, mas vemos uma pressão muito forte para tentar privatizar aquelas que dão lucro ao setor público.

E, reportando-nos à preocupação da imprensa do Paraná, nós temos registrados em diversos diários do Paraná a preocupação com a operação Pula-Catraca. E no jornal O Estado do Paraná, de 6ª feira, 2 de abril deste ano, apresenta como manchete: "Não pule a catraca, lute". E alguns trechos destacam pontos que são fundamentais: "lideranças estudantis, algumas nem muito lideranças e nem bem estudantis voltam a excitar pátios e porões de escolas, praças e ruas da Cidade de Curitiba com uma velha idéia, a do meio passe escolar". Em sua campanha financiada não se sabe por quem ostentam cartazes e outras peças publicitárias impressas com apelos nada educativos, tipo: "A passagem é cara, pule a catraca. Ir à escola e voltar para casa é direito de todos". Mais adiante: "Ninguém agüenta mais andar a pé, por isso vamos pintar a cara e exigir 50% de desconto nas passagens" Mais adiante: Ansiosos por reeditar o movimento dos cara pintadas que decidiram a sorte de Collor nas ruas, as lideranças poderiam dirigir energias e apelos numa coisa da qual aproveitassem todos os brasileiros: "Não pule a catraca, poderia ser lute, pinte a cara e diga Não à inflação e ao Governo de tantos impostos que não se importa em alimentá-lo, por in-

competência, má-fé, ou sabe lá que interesse.

Tem outro jornal, datado de 6.^a feira, 2 de abril, trazendo como manchete: "Panfletos incitam o povo a pular catraca". O tal comitê, em defesa do Vale-Transporte, distribuiu pela manhã, nas ruas, milhares de panfletos incitando a população: "A passagem é cara? Pule a catraca". Conciando a população a não pagar a passagem e enfrentar as autoridades, mesmo com o risco de haver violência.

Quando o "Jornal do Estado" publicou a notícia da reunião, em que o plano foi armado com antecedência, os responsáveis se apresentaram e se apressaram em desmentir as notas da imprensa afirmando que elas eram falsas e fantasiosas. Agora o fato se confirma.

Descobriu-se ainda que os estudantes foram convocados para uma manifestação contra o aumento das mensalidades escolares e a favor da meia passagem para o 2º grau. Manipulados, eles não sabiam que estavam sendo usados com finalidade política, como é a operação "pula-catraca".

Muito bem frisou desta tribuna também, e nós havíamos destacado para citar as palavras e as colocações muito bem feitas pelo ilustre jornalista Luiz Geraldo Mazza, que já vem levantando a sua preocupação a longo tempo, em diversas edições a respeito deste assunto.

E como bem disse aqui o nobre Deputado Márcio Bezerra, apenas lendo aquilo que está escrito nesta nota: "Que há muito se tem escolhido o transporte coletivo de Curitiba como bode expiatório de muitas incompetências que não se vê realizar a nível de Estado do Paraná".

E diz também este periódico, e diz também esta nota: "Vassalos do Feudo: Governador tem todo o direito de opor resistência ao absurdo desejado pelo Judiciário de isonomia com os vencimentos dos Deputados, que quebraria o erário. Mas servisse dessa visão próxima da paranóia, conspiratória e demais pelo primarismo".

O outro matutino do nosso Estado também alerta com relação a este episódio. Citou também alguns trechos o nobre Deputado Márcio Bezerra no seu pronunciamento a respeito da carta aberta do Senhor Horácio Martins de Carvalho, onde num deles ele cita e deve ser frisado: "Não há crédito e ingenuidade de vossa parte, não acredito em ingenuidade de vossa parte, a vontade de uma punição exemplar tem, e é, o sabor da autoridade militar, foi o motivo da vendeta de Campo Bonito". Estas questões vão nos trazendo e vão nos deixando preocupados com o desenrolar dos fatos.

Nós estamos vendo e achamos - e não temos aqui nenhuma autorização para defender o transporte coletivo - para defender

empresários do transporte coletivo, não temos nenhum vínculo com esses cidadãos. Como acreditamos também que o fato está sendo posto e a sociedade precisa ser alertada, porque obviamente o objetivo maior não é apenas em citar a baderna, o objetivo maior é tentar como sempre, desmoralizar quem fez o sistema reconhecido em todo este mundo, que é o sistema do transporte coletivo integrado, que de fato, para o trabalhador que ganha salário mínimo, dez mil cruzeiros representam muito por uma passagem.

Mas querer desmerecer a grandiosidade e a capacidade de Jaime Lerner quando idealizou este projeto, é simplesmente querer encobrir a verdade; porque hoje nós vemos, inclusive, sendo publicado em diversos jornais, o aumento da passagem na Região Metropolitana de Curitiba, em mais de 25%, ou melhor, 26,5%. Nós estamos vendo aqui alguns trajetos, que se de fato tivéssemos a linha integrada também a nível de Região Metropolitana, com certeza as passagens seriam mais humanas.

Porque senão, vejamos Senhor Presidente, Senhores Deputados, não existe o problema do transporte do estudante apenas em Curitiba, nós temos o problema do transporte coletivo também na Região Metropolitana de Curitiba, onde o estudante desta Região, ao se deslocar para Curitiba, muitas vezes precisa se utilizar de dois meios de transporte. E nós vemos aqui neste reajuste autorizado, não pelo Prefeito Rafael Greca e muito menos pelo ex-Prefeito Jaime Lerner - mas pelo Governo do Estado, onde a passagem mais barata é de oito mil cruzeiros, chegando a quatorze mil cruzeiros, o que representa uma contradição daqueles que querem denegrir a imagem de quem fez o exemplo do transporte coletivo. Homens e governantes com este tipo de caráter querem criticar Jaime Lerner, Rafael Greca, querem criticar ou querem tentar atingir os nomes que hoje despontam nas pesquisas estaduais, os nomes do PDT; que governam ou governaram Curitiba, podiam ter - quem sabe - feito ou antecipado para mostrar que por Curitiba fizeram alguma coisa.

Agora vemos homens como Jaime Lerner, como Rafael Greca, irem a programas de televisão, irem aos jornais e não demonstrarem na sua própria fisionomia o ódio, a revolta e nem proporem ou pregarem o ódio, a baderna e a anarquia.

A culpa da popularidade hoje de Jaime Lerner, não se deve a ele; a culpa da administração do Belinati não se deve a ele; a culpa da administração, da popularidade de Fernando Ribas Carli, em Guarapuava, não se deve a ele; mas sim às suas competências e ao reconhecimento daqueles que vêem neles a expressão da capacidade na ação de

fazer, e não no discurso de palanque, na pregação do ódio e na divulgação de fatos que procuram denegrir o nosso Paraná.

Não temos motivo algum para mais baderna. O Paraná é o sétimo Estado em miseráveis neste País. Qual o programa do Estado para ajudá-los? Como mantê-los em suas origens? Querer ignorar as grandes gestões sem apoio do Governo a estes municípios que citamos, é fugir à verdade. A questão não é na tribuna se atingir o banqueiro ou o empresário, ou outros que dão emprego a muitos trabalhadores, mas sim se voltar para o Estado do Paraná, gostar das coisas do Paraná e juntos tentarmos solucionar estes impasses.

A idéia da integração é boa e foi boa. Não aceitar por problema pessoal e político é algo crítico. Por ser a integração idéia de Jaime Lerner, como se justifica hoje, numa cidade do porte de União da Vitória, governada pelo próprio PMDB - que não vamos entrar na qualidade de serviço - se cobrar oito mil cruzeiros até recentemente da passagem naquela pequena localidade? Vê-se cobrar Curitiba/Araucária, quatorze mil cruzeiros. É óbvio que dez mil cruzeiros, em hipótese alguma é barato para quem ganha salário mínimo, como já dissemos.

Temos que destacar o grande trabalho que se faz e que se fez na implantação deste transporte, que são as gratuidades no transporte coletivo, definidas pela Lei n° 7.556/90 e achamos que o mesmo trabalho, a mesma iniciativa, deve ter o Governo do Estado, concedendo aos estudantes até dez anos, também 50% das passagens da Região Metropolitana.

É destacamos o número expressivo de pessoas que por prestarem serviços públicos, por serem idosos, se utilizam deste transporte. Mas não podemos concordar que se pregue a baderna, que se pregue o quebra-quebra dos ônibus, porque quem vai responder por isto não são os empresários, mas o usuário do transporte coletivo.

Por isto, estamos registrando neste momento, a nossa preocupação desta tribuna, solicitando e alertando aqueles que querem transformar o transporte coletivo numa baderna, que não o façam, porque com certeza quem pagará por esta irresponsabilidade é o povo do Paraná.

Dizia, quando citávamos no início, as lideranças estudantis se manifestando em todos os cantos, e Gorbachev citava muito bem, na página 93, na sua Primeira Edição - Expressão e Cultura (Lê):

"As pessoas começam a sentir suas responsabilidades e abandonam a apatia e o alheamento. Os ventos da renovação estão sendo benéficos à saúde moral do povo. A Democracia deu livre curso a uma impetuosa

torrente de idéias, emoções e iniciativas. A afirmação da verdade e da transparência purifica o clima social, encoraja as pessoas liberta as consciências e estimula a atividade".

(A PROPOSTA de Mikhail Gorbachev, pág. 93 1988 - Expressão e Cultura - 1.ª Edição).

Somos testemunhas oculares do renascimento do Movimento Estudantil, que surge na versão "CARA-PINTADA", como um seguro indicador, de que a nação começa a viver a democracia.

A liberdade que esteve ofuscada no autoritarismo, renasce para fazer com que a história registre, que a vida política retome suas nascentes e a opinião pública, apesar das suas angústias e aflições, expresse a sua dimensão e participação.

No Brasil, a bem da verdade, sempre a classe estudantil esteve na frente e na liderança das grandes causas que empolgaram a vida nacional. Desde os primeiros passos libertários da nossa Independência, da libertação dos escravos, da Proclamação da República, da memorável campanha do "PETRÓLEO É NOSSO", da resistência contra o autoritarismo militar e ainda recentemente no "impeachment" presidencial, a presença e participação do estudante foi fundamental.

Porém a marca característica da luta estudantil, tem sido a resistência a todos os tipos de força e violência, que o jovem brasileiro, - como o do estudante chinês que de peito aberto enfrentou sozinho o tanque de guerra, e com maestria, - nossa juventude soube abrir espaços para extravasar sua rebeldia e inconformismo com a ordem reinante. Sempre o fez, porém, sem usar violência e sem destruir o patrimônio público ou privado. Sempre protestou e sempre reivindicou, mesmo contra a força e a violência, mas escudada na ordem e na razão, no sentimento e na intrepidez cívica de seu patriotismo, que marca a nação brasileira, de ser um povo talhado à paz e não à guerra.

O sacrifício de Tiradentes, não foi em vão porque seu sangue rotulou uma nação de paz e de concórdia. Saudemos pois os brasileiros do passado que souberam sem violência e sem força timbrar o temperamento pacifista do nosso povo, como fizeram Castro Alves e Joaquim Nabuco, pela poderosa força da poesia e do discurso. Enfim de todos aqueles, que nos primórdios ou em nossos dias marcaram seu tempo de jovem, com a luta do idealismo.

Bem disse o poeta que "JUVENTUDE SEM REBELDIA É SERVIDÃO PRECOCE" e a nossa juventude está possuída desta santa e inconformada rebeldia, para estabelecer uma nova condicionante social, afim de que seu futuro seja um avançar e não um retroce-

der. Nosso estudante, mais uma vez, é o pioneiro de seu tempo.

Saúdo pois, esta juventude briosa.

Os "caras-pintadas" de hoje, serão as nossas lileranças do amanhã. Forjam-se na luta idealista, contra os maus governantes, combatem a miséria e indignados buscam corrigir os rumos sociais e políticos desta nação. Suas passeatas e reivindicações espelham a consciência e a justiça de suas causas. Lutam pelo interesse público com a visão de dar uma nova feição ao Brasil. Constituem-se, pois, na argamassa que forjará uma nova textura social, para que se anulem as atuais disparidades e injustiças que estigmatizam nossa população marginalizada de qualquer processo de desenvolvimento humano, político, social e econômico.

Como professor e Líder de um Partido que tem sua prioridade voltada à criança e ao jovem, não podemos ficar silenciosos nesta hora. Louvamos e saudamos as manifestações desta casta social, que ainda tem meios de frequentar as caríssimas escolas e que tem a aguda consciência de que o grosso da população está impossibilitada de acesso a rede particular da educação.

Todavia a insuficiência da rede pública e principalmente a pouca importância e zelo dos governantes, fazem por agravar ainda mais a crise do ensino brasileiro.

De nada valeu o nosso constituinte ter sacramentado no artigo 205 do texto constitucional que "A EDUCAÇÃO É DIREITO DE TODOS E DEVER DO ESTADO E DA FAMÍLIA" porque os governos não alocam recursos e as famílias nem ao menos podem dar alimentos a seus filhos.

A luta por conter as mensalidades escolares, que agora a UNE desfecha em todo o território nacional, não exime aos governos de lutarem pela escola pública. Pelo contrário, os responsabiliza ainda mais. Conter a voracidade dos donos de escolas particulares, também traduz, condenar os míseros salários dos professores da rede pública, da falta de autonomia das nossas universidades e até da liberdade da comunidade escolar, escolher as suas direções.

Quero, portanto, solidarizar-me e especialmente em nome da Liderança do PDT, com a LUTA DA UNE, neste momento mundial "QUE A AFIRMAÇÃO DA VERDADE E DA TRANSPARÊNCIA PURIFICA O CLIMA SOCIAL, ENCORAJA AS PESSOAS, LIBERTA AS CONSCIÊNCIAS E ESTIMULA A ATIVIDADE", como disse Gorbachev.

Todavia, como membro da OPOSIÇÃO nesta Casa, cumpre-me, também, e de maneira clara e expressa, registrar ao Governo do Estado, e aos Partidos que o apoiam, uma advertência:

Não utilizem a mobilização estudantil da UNE, contra o preço das anuidades esco-

lares, que acontecerá nos próximos dias, para infiltrarem a baderna e o caos, executando o que a denúncia da imprensa, atribue como PLANO DIABÓLICO, à operação chamada de "PULA-CATRACA" para tumultuar o serviço de transporte coletivo de Curitiba.

Não tentem fazer do MOVIMENTO ESTUDANTIL mera massa de manobra para instilarem o ódio, que leva a anarquia e ao vandalismo.

Não incitem nossa juventude à desordem que leva ao desassossego e a intranquilidade da população.

Não patrocinem o quebra-quebra contra a integridade do patrimônio, porque isto representa a volta, à barbárie e a insegurança pública.

Espero, porque é tempo de ter esperanças, que as autoridades públicas, saibam discernir entre o salutar protesto cívico dos que lutam pelo interesse coletivo da população, e combata sem tréguas àqueles que servem-se destas ocasiões para extravasar seu inconformismo e sua incompetência na solução dos graves problemas da nossa população.

Alertamos, pois, ao Governo do Senhor Requião, que a baderna e o caos não constróem.

Que infiltrar vassallos na organização estudantil para manobrá-la a realizar os seus desejos de cometer crime hediondo, porque é estigmatizar uma geração que mobiliza-se por um ideal puro, que não quer destruição, mas correção dos desmandos que infelizmente às vezes são praticados pelas próprias autoridades.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, na condição de professor da rede pública estadual não posso deixar de externar esta preocupação, porque em muitos movimentos dos professores do Paraná nas praças públicas do Estado, nós tivemos tentativas semelhantes a essa e soubemos como eliminá-las do nosso meio mas, lamentavelmente, a imprensa está denunciando, não somos nós apenas.

Estão querendo se utilizar do movimento estudantil, como massa de manobra para a anarquia, para a confusão, para a desordem e com certeza, o movimento de 64, para quem sofreu as conseqüências na pele, não guarda recordação alguma e não podemos permitir que, no momento de instabilidade que o País vive, aceitemos pacificamente que aqueles que querem dizer que estão fazendo alguma coisa em prol de uma vida socialista melhor para o seu povo, estes, através do movimento, querem dizer que estão fazendo este trabalho, mas temos certeza que não, e esta Casa é testemunha das ações que por aqui têm passado, dos projetos que aqui não têm sido votados, das aceitações e das determinações que são

impostas a esse Poder, muitas vezes descharacterizando a sua existência.

Vamos nesse momento incitar os funcionários, vamos incitar todos os funcionários públicos do Estado, até os desta Casa, para que também façam o movimento contra a vergonha dos salários que recebem hoje. Eu acho que a realidade está posta aí. Quem paga a passagem não é apenas o estudante, é o pai do estudante, é o funcionário público desta Casa, é o funcionário público do Estado do Paraná que em sua grande maioria está ganhando salário de miséria e o que é que está se fazendo? Qual é o programa, qual é o plano de carreira e salários que está sendo discutido para se resolver o problema desses trabalhadores? Por isso fica aqui registrada a nossa preocupação, a nossa revolta, porque não podemos aceitar em hipótese alguma que esse movimentos estudantil pague o preço que não deve pela baderna.

Finalizo Senhor Presidente, Senhores Deputados, dizendo que aqui estarei para responsabilizar e não porque quero e tenho certeza até - gostaria de estar enganado - de que o Governo Roberto Requião não é quem está por trás desse movimento. Isso vem sendo feito de forma tácita, de forma clara e transparente, porque eu sei que por aí nós estaremos mostrando a verdade e mostrando aquilo que com certeza a imprensa fará, dar nome a todos e não deixar nas entrelinhas de que políticos, de que Deputados, de que governo do Estado, de que Vereadores e outras pessoas ligadas a esse mundo político estejam por trás desse movimento. Com certeza não estarão, porque sabem das consequências. Com certeza, não farão parte disso, porque isto não contribui, isto divide. Se é rixa, se é problema pessoal contra a competência do ex-Prefeito Jaime Lerner, que não é por sua causa, mas por seu trabalho que a imprensa dá destaque como estamos vendo ultimamente em alguns jornais, demonstrando que Jaime Lerner tanto é aceito maciçamente para o Governo do Estado como é aceito, também, para a Presidência da República. Isto, tenho certeza, não é um desejo do Prefeito Jaime Lerner, mas é a aceitação de que o povo do Paraná e o povo do Brasil reconheçam a sua competência de trabalho.

Tentar destruir o que foi construído pela "dor de cotovelo", pela incompetência de não ter feito, não pode acontecer em cima daqueles que fizeram, não daqueles que discursaram.

Fessoalmente, estarei aqui se se comprovar que o Governo do Estado tem responsabilidade nesta manifestação, e estaremos acompanhando a passeata para acompanhar a Operação Pula-Catraca e a Operação Quebra-Quebra, segundo denúncias, idealizadas e executadas por militantes que com-

põem a conhecida "peitoragem" governamental do Senhor Roberto Requião.

Concedo aparte ao Deputado Luiz Henrique Bona Turra. Posteriormente, ao Deputado Algaci Túlio.

O Sr. Luiz Henrique Bona Turra - Eu abro mão do aparte, porque farei uso do Horário da Liderança do PMDB para responder às questões que Vossa Excelência levanta, em seu pronunciamento.

O Sr. Algaci Túlio (Aparte) - Desejo cumprimentar o Deputado Paulo Maia pelo seu pronunciamento, pelo alerta que faz a esta Casa e ao Estado do Paraná pelo que está se programando, mais uma vez, utilizando-se até dos estudantes na passeata que farão, em consequência das mensalidades escolares.

Tenho, aqui, nesta Casa, procurado rebater as acusações infames, irresponsáveis do Deputado Vereador Bona Turra, que tem utilizado, tem transformado esta Assembleia, que deveria discutir os problemas da questão do Paraná, do número elevado do desemprego, da queda da produção agrícola do Estado do Paraná, da situação do IPE, sem estrutura para atender ao funcionalismo público do Paraná, da correspondência que recebo dos funcionários da Imprensa Oficial do Estado, que clamam pelo vale-transporte, que os demais funcionários do Estado também não têm.

Para cumprimentar Vossa Excelência, Deputado Paulo Maia, e dizer que coincidentemente hoje nós completamos dois anos da instalação, em Curitiba, do Projeto vitorioso, do Projeto que é copiado em todos os outros cantos do País, e até no exterior, que é o Projeto Ligeirinho. Hoje, são 16 eixos de transporte atendidos, 12 linhas do ligeirinho, implantados entre abril de 91 e outubro de 92, funcionando em paralelo ao sistema de transporte convencional, formado por expressos, interbairros e alimentadores.

Só mesmo aqueles que têm "dor-de-cotovelo" e que não querem admitir este transporte extraordinário, este avanço que tem Curitiba, na área do transporte coletivo.

E disse-o bem Vossa Excelência: hoje aumentou o transporte coletivo da região metropolitana. O Governador do Estado comete um crime ao povo da região metropolitana quando não aceita o Projeto da URBS da integração do transporte coletivo. Hoje, um morador em Mandirituba, um morador em Piraquara, um morador em Campo Largo, não pagaria 28 cruzeiros, ida e volta, do seu município ao centro da Cidade, e mais 20 cruzeiros se ele trabalhar em outro bairro de Curitiba, que tenha que utilizar o transporte da Cidade, não gastaria perto

de 50 mil cruzeiros, se não houvesse a teimosia do Governador do Estado e seus assecclas em não aceitar a integração do transporte coletivo. Este é o crime maior que comete o Governador do Estado ao povo da região metropolitana, que não vê a integração acontecer, que só aconteceu, até agora, no Município de São José dos Pinhais, porque a coragem, a minha determinação na época, como Prefeito, e do companheiro Prefeito Jaime Lerner, quando em convênio com a Prefeitura de São José, lá levamos o ligeirinho. Perguntem ao povo de São José se está satisfeito ou não com o transporte coletivo.

É lamentável o que acontece, mas é importante seu registro, porque hoje, exatamente hoje, completa-se dois anos da implantação do melhor sistema de transporte coletivo do País e um dos melhores do mundo. Prova disso é o interesse de outras cidades e de outros Estados na sua implantação. Parabéns Deputado, porque se prepara nos próximos dias utilizando os estudantes da Capital do Estado.

O SR. PAULO MAIA - Eu agradeço o aparte de Vossa Excelência e completaria dizendo que quando da integração com São José dos Pinhais o que o Governo do Estado fez nada mais do que tentar prejudicar, foi colocar um fiscal à disposição multando aqueles que estavam sendo beneficiados por essa questão do interesse público. E quando eu faço essas citações Senhor Presidente, Senhores Deputados o faço saindo do Movimento Sindical, não sendo indicado para cargos e nem estando em cargos do Governo à disposição do Movimento Sindical. O faço com a responsabilidade que tive sempre na condução da liderança dos movimentos dos professores do Estado nos diferentes momentos da minha vida e foi desta forma que aqui estive não me apelegando ou me vendendo a cargos ou a quem quer que seja.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - No Horário das Lideranças concedo a palavra ao Partido PSDB. Declina.

Concedo a palavra ao Bloco Parlamentar Independente Senhor Deputado Lourenço Fregonese.

O SR. LOURENÇO FREGONESE - Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhora Deputada.

O litoral do Paraná está em pé de guerra, o litoral do Paraná está clamando por respeito, o litoral do Paraná está clamando por comida.

Hoje venho aqui preocupadíssimo com a situação de 350 mil habitantes do Estado do Paraná. Infelizmente a burocracia desse Estado, pessoas que não conhecem o seu

trabalho, vem provocando um caos tão grande no litoral do Paraná, que a coisa vai tomar rumos muito piores do que aconteceu em Campo Bonito. Me sucedeu aqui o Deputado Algaci Túlio, vão fechar a BR-277 a qualquer momento. Amanhã, às 09:00 horas da manhã, vários agricultores estarão em frente ao IBAMA protestando pela inoperância do Estado do Paraná e também do Órgão Federal e eu lhes digo o porquê. Em 1989 o então Governador Álvaro Dias através do Decreto nº 5.040 determinou que na área de Mata Atlântica, poderia ser cortado a capoeira para a agricultura e para o loteamento. O palmito e a caxeta poderiam ser explorados desde que houvesse manejo sustentado. Com uma visão já prevendo o futuro, o Governador Álvaro Dias foi muito feliz nesse Decreto, mas infelizmente a Lei nº 99.547 do Ministro Lutzemberg levou tudo isso ao chão.

O que aconteceu então, Senhores Deputados, através do movimento feito pelos Prefeitos do Litoral, pelos Deputados Federais e por esse Deputado, estivemos em Brasília, estivemos junto ao IBAMA e conseguimos através do Decreto Lei nº 750/93 que fosse revogada a Lei nº 99.547. Mas o que aconteceu então: a decisão ficou para ser acertada entre o IBAMA e o IAP - esse IAP tão mal gerenciado no Estado do Paraná, infelizmente - se propõem, em caráter emergencial, seguir o Decreto 89 do ex-Governador Álvaro Dias, mas o IAP não concorda com isso e não quer mexer em nada. O que tem acontecido é que a população agrícola do litoral do Paraná tem ido para a frente das Prefeituras reclamando por comida - não porque ele não têm como comprar, mas porque eles não podem plantar.

Eu diria mais. Algum tempo atrás, o Secretário Osmar Dias - que entende de agricultura - esteve no litoral do Paraná e elaborou um plano maravilhoso para a agricultura daquela região, que é a mais pobre do Estado do Paraná. Os agricultores ficaram eufóricos, mas, infelizmente, não passou de promessa e não por culpa do Secretário de Agricultura, que entende o que está fazendo, mas por culpa do Secretário do Meio Ambiente, que não sabe o que está fazendo. Infelizmente, o povo do litoral, fora, de barriga vazia, está com fome.

Crianças serão levadas a este bloqueio na BR-277, porque é impossível que a burocracia desse País chegue a tal ponto, que a ignorância neste Estado chegue a tal ponto.

O que é bom para o IBAMA não é bom para o IAP. O que é bom para o IAP não é bom para o IBAMA. Enquanto isso, no meio, fica a população do litoral do Paraná. Espero que o Secretário do Meio Ambiente escute o Secretário da Agricultura e que salve o

povo do litoral de morrer de fome.

Hoje, Senhores Deputados, no litoral do Paraná, 64,5% da população recebe menos do que um salário mínimo - isto é uma vergonha. Infelizmente o IAP entende que a Mata Atlântica vai até o Pacífico - santa ignorância - quando todos nós sabemos que ela chega até as encostas de Piraguara. Agora, o que é preciso fazer, é se tomar a decisão. Dizem as más e as boas línguas do litoral do Paraná, que está para ser comprometida uma área enorme em Guaraqueçaba para um Instituto Americano. Está se falando em milhões e até bilhões de dólares. Isso eu não sei. Mas vejam bem, surgiu até a proposta de se tirar toda a população de Guaraqueçaba e anexar aos municípios de Morretes e Antonina para que aquilo vire um parque ecológico. Não se respeita mais a vida do ser humano. Não se respeita mais a vida de quem trabalhou, viveu e nasceu naquela terra.

Hoje você não pode plantar. Hoje você não pode roçar a sua propriedade. Hoje você não pode criar búfalo, você não pode criar galinha, não pode criar porcos, porque vai atrapalhar o meio ambiente. Ou nós nos mexemos, ou atendemos às prioridades do ser humano, ou nós, simplesmente, seremos cúmplices da miséria, da morte, da fome do povo do litoral do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - No Horário do PMDB, concedo a palavra ao Deputado Luiz Henrique Bona Turra.

O SR. LUIZ HENRIQUE BONA TURRA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Perguntado sobre o que tinha medo, o dirigente político - trabalhista nacional, Leonel de Moura Brizola respondeu: "Dos preconceitos". "E de que tem medo, Governador Brizola, dos preconceitos que cercam as questões de interesse do País e que cercam as questões que dizem respeito à atitude que tem de ter o agente público na condução dos negócios do Estado?" "Dos preconceitos".

Comete improbidade administrativa o Deputado Estadual Mário Bezerra, ontem e hoje, ao vir aqui fazer a defesa do BAMERINDUS. O BAMERINDUS não precisa da defesa de Vossa Excelência, Deputado Mário Bezerra. Quem precisa da voz de Vossa Excelência nesta Casa, são os eleitores e trabalhadores que o trouxeram e não o BAMERINDUS. Mas eu compreendo, eu o compreendo.

Nada disse o Deputado Paulo Maia sobre o derrame de 25 milhões de vales-transportes protagonizado pela URBS e que significou um rombo da ordem de setenta bilhões de cruzeiros, numa só operação! Nada disse...

Nada disse o Deputado Algaci Túlio,

como nada disse o Deputado Paulo Maia, sobre a denúncia que aqui fiz da triangulação que denominamos "Operação Paraguai". Nada disse... Nada disse sobre o contrato com a Agência GW, promovido sem licitação, com valores da ordem de 500 mil dólares e que deu respaldo financeiro para a vinda do tenor Carreras, ao Paraná.

Nada disse o Deputado Mário Bezerra sobre o fato de um Ministro de Estado, interessado em negócios do Banco BAMERINDUS, ter participado de leilão que significou a entrega da Companhia Siderúrgica Nacional, aos bancos privados do Brasil. Nada disse... Nada disse e nem poderia dizer sobre as matanças protagonizadas por jagunços a agricultores, no Oeste do Estado, porque autoridade não tem para falar de matança de agricultores quem apoiou José Carlos Martinez, chefe de matança na colonizadora atuante em Assis Chateaubriand! E eu lá morei, lá cheguei em 64, morava numa serraria. E não foi uma ou duas as famílias que chegaram à serraria onde eu morava, fugidas de Assis Chateaubriand. Foram várias, Deputado Mário Bezerra, Deputado Algaci Túlio, Deputado Paulo Maia!

Eles vem falar de Ferreirinha, esquecendo-se do objeto e da denúncia que foi o cometimento de crimes em massa contra agricultores daquela região! Preconceitos!

A palavra de 5 pessoas, neste Estado, vale mais do que a palavra deste Parlamento inteiro, e de todos quantos se juntaram, na História Política do Estado. Cinco famílias mandam no Paraná! Não é o Governador, não é esta Assembléia, não é o Poder Judiciário! Cinco famílias dizem o que é bom, o que não presta ao Paraná! Isso precisa ser dito!

Vem aqui o Deputado Paulo Maia fazer homenagem, dizendo-se professor público ao estudantado paranaense, ao mesmo tempo que, pouco antes, procurava a criminalização do movimento popular dos estudantes secundaristas do Estado.

Quero dizer, Deputado Paulo Maia, de um modo categórico, tenho autoridade para estar em qualquer Assembléia e reunião de estudante, neste Estado, porque sou Presidente da reconstrução da União Paranaense dos Estudantes, fechada pelo regime militar e apoiada por todos os políticos da ARENA, que ainda se fazem presentes, nesta Casa, que sustentaram o regime militar.

Mas a revolta dos estudantes não precisa da minha presença, como não precisa da presença de nenhum agente político-partidário. Porque o movimento dos estudantes se insurge contra injustiças de uma política educacional que vem sendo implantada em nosso País, especialmente após 64, e que tem significado privatização, que tem significado evasão, que tem significado sucateamento e redução das verbas públi-

cas, para as universidades e para o ensino público! É por isso que eu não vou tratar muito dos preconceitos de uma Direita rancosa, atrasada e reacionária, incapaz de formular um projeto para o País, incapaz de formular um projeto para o Estado e incapaz de formular um projeto para a cidade! E que só faz mesmo a defesa dos interesses espúrios das multinacionais, dos grandes banqueiros, dos latifundiários e de toda reação, não vou me deter nisso...

É por isso que nós estamos articulando um conjunto de políticas de emergência na questão da Educação. A questão da Educação pública se resolve de um modo muito concreto, com investimentos maciços no setor. É por isso que vou apresentar ainda esta semana, projeto que institui o programa de crédito educativo patrocinado pelo Banco do Estado do Paraná, é por isso que ainda esta semana vou apresentar projeto que devolva ao Estado, filiando-se ao melhor princípio de respeito aos Estados Federados, devolve ao Estado do Paraná o controle sobre o ensino privado, hoje controle estabelecido pelo Conselho Federal de Educação. É por isso que nós vamos apresentar ainda esta semana, dentro desse pacote de emergência, Projeto de Lei que traz para a legislação do Estado um direito, que é um direito garantido pela Legislação Federal de que nós teremos reduções das mensalidades, quando a mesma família tem mais de um filho naquela escola, direito aliás, que vem sendo desrespeitado por inúmeras escolas particulares. É sobre isso que nós devemos debater.

Não faço a política de compreender que as cento e vinte favelas de Curitiba sejam responsabilidade do ex-Prefeito Jaime Lerner, ou do seu atual Prefeito, não! Eu compreendo muito bem que as injustiças que existem em Curitiba, no interior do Estado, e que se espalham pelo Brasil inteiro...

O SR. PRESIDENTE (Heinz Herwig) - Vossa Excelência terá um minuto para encerrar o seu pronunciamento.

O SR. LUIZ HENRIQUE BONA TURRA - Que decorrem de um sistema mais geral de exploração, de dependência, compreendo isso perfeitamente. Mas também compreendo que é possível ter duas práticas e dois procedimentos na condução dos negócios públicos. A prática que favorece o aprofundamento das desigualdades, que aprofundam forças entre os que decidem, e os que apenas obedecem, e a prática que visa ruptura de um jogo que se estabelece nos Parlamentos, que se estabelece nos planos do Poder Judiciário e Executivo, e que cada vez mais busca garrotear a vontade popular, criminalizar o movimento popular. E muito me

admira Deputado Paulo Maia, Vossa Excelência sendo trazido aqui pelo Partido Socialista Brasileiro, vir aqui fazer um discurso de polícia do regime militar, dizer que tem agentes partidários infiltrados no movimento estudantil. Vamos parar com isso Deputado. É preciso que Vossa Excelência, como também o Deputado Mário Bezerra, guardem fidelidade com os trabalhadores e os compromissos que os trouxeram a esta Assembléia Legislativa; e não com compromissos menores e fugazes que serão derrotados. Tremei burguesia, tremei, porque há de chegar a sua hora.

Muito obrigado, Senhor Presidente e Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Heinz Herwig) - Encerrado o Grande Expediente, nós passamos à Ordem do Dia.

O SR. PAULO MAIA (Pela Ordem) - Eu estou inscrito para explicações pessoais.

O SR. MÁRIO BEZERRA (Pela Ordem) - O PTB foi chamado para o Horário das Lideranças?

O SR. PRESIDENTE (Heinz Herwig) - Estava anotado aqui nobre Deputado que o Senhor já tinha usado o Horário das Lideranças.

O SR. MÁRIO BEZERRA (Pela Ordem) - Eu não tinha usado Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Heinz Herwig) - Então, chamamos sem querer.

O SR. MÁRIO BEZERRA (Pela Ordem) - Posso usar?

O SR. PRESIDENTE (Heinz Herwig) - Pode ser usado.

O SR. MÁRIO BEZERRA - Senhor Presidente, Senhores Deputados, Deputado Bona Turra usa da tribuna para tentar convencer os Deputados que não rezam a cartilha do Governo de que estão errados nas suas atitudes perante o povo do Paraná.

Eu quero dizer ao ilustre Deputado, que eu o respeito muito pelos seus dons da oratória, quero dizer-lhe que eu tenho cumprido, - assim como todos os Deputados que não rezam à cartilha de Requião, - com o seu papel nesta Assembléia.

Infelizmente não temos recebido o espaço necessário junto aos meios de comunicação daquilo que nós fazemos aqui dentro da Assembléia.

Eu quero dizer ao Deputado Bona Turra, que prega tanta moralidade pública, elogia tanto o Governo Roberto Requião pela sua linha na administração da coisa pública,

dizer-lhe que o Requião tem dado os piores exemplos para o Paraná e para o Brasil. Primeiro que a eleição dele de Prefeito para Curitiba, eu bem me recordo, foi em cima dos votos do interior do Paraná, que as cidades, quase que todas do Paraná, vieram a Curitiba através de ônibus das municipalidades, que são pagos pelo erário público para dar ao Governador do Paraná àquela época a eleição de prefeito. Não fosse o desvio de recurso público dos municípios empobrecidos do Paraná Requião não teria sido eleito Prefeito de Curitiba. Um péssimo exemplo que ele dá ao povo do Paraná. Então não procede a linguagem de Vossa Excelência naquela tribuna quando vem defender o Governo Roberto Requião e falar em moralidade do serviço público. Foi eleito prefeito de Curitiba em cima dos votos que ele trouxe do interior do Paraná, se utilizaram da máquina administrativa dos municípios. O exemplo mais clássico da corrupção dentro do serviço público. Foi eleito Governador do Paraná em cima de farsa, da mentira inventando Ferreirinha.

A prova está aí na Justiça e ele está com medo porque está tentando fazer acertos para se livrar do processo que está metido. Ele se elegeu em cima de uma farsa chamada Ferreirinha, cujo Ferreirinha está desaparecido. Dizem que foi morto na Bolívia para não testemunhar no processo.

Então, não venha Vossa Excelência querer dizer, dar aulas de política a mim, ao Paulo Maia, Algaci Túlio e aos Deputados que não rezam a cartilha do Roberto Requião. Nós não aceitamos as lições de Vossa Excelência. E o desafio há de mostrar naquela tribuna o que é que o Governo do Paraná tem feito aos pequenos municípios, até agora nada absolutamente. Eu sou de uma região que carece demais dos benefícios do Governo do Paraná. Estou entrando e já está tramitando na CCJ e foi aprovado hoje a criação da micro-região do médio noroeste do Paraná, para estabelecer em Cianorte alguma Secretaria do Governo para que o Governo Federal venha favorecer a minha comunidade. E conto com o voto de Vossa Excelência porque Vossa Excelência disse lá que eu tinha que respeitar os votos que eu tive nas últimas eleições. E esse meu projeto vai precisar do seu voto. E também quando Roberto Requião votar essa lei que eu acho que vai ser aprovada por esta Assembléia porque todos os Deputados aqui praticamente reconhecem que o interior do Paraná precisa dos benefícios de ordem governamental.

Portanto, a Vossa Excelência eu digo que nós estamos conscientes do nosso papel nessa Assembléia e, infelizmente, não temos tido o espaço que o Governo tem tido junto à mídia para mostrar ao povo do Pa-

raná que nós comungamos com o que de errado ele tem promovido nesse Estado.

Quero dizer outra coisa, que o Governador tem trilhado uma trilha errada. Ele marcha contra a história, na contramão da história porque faz parte de uma esquerda radical, irresponsável que só prega confusão e a luta de classes. Não comungo com a sua filosofia, nunca comungarei porque não pertencço a essa esquerda reacionária fora de tempo e que a história já tratou de bani-la no Oeste europeu e outros países desse nosso Velho Mundo, mas que aqui no Paraná alguém ainda tenta trilhar ao contrário daquilo que acontece fora. Portanto, quem está fora de moda é a equipe de Roberto Requião e quem está realmente trilhando os caminhos que o povo do Paraná realmente aspira são os Deputados que não comungam e que não rezam na sua cartilha. Só Vossa Excelência tem usado aquela tribuna praticamente, para defender o Governo do Paraná, coisa que não acontece com a maioria esmagadora daqueles que votam no Requião mas que não a usam porque não concordam com o que ele faz. Mas através das migalhas que ele tem distribuído pelo Paraná alguns Deputados, infelizmente, que poderia usar daquela tribuna não o fazem porque dessas migalhas podem levar um pouco do que o Governo está oferecendo.

O Sr. Algaci Túlio - Deputado Bezerra, queria dizer que nós evidentemente, entendemos a posição do Deputado Bona Turra que foi funcionário do Governo do Estado e que tem que defender o seu Governador, seu ex-patrão.

Mas a operação que ele cita a operação paraguaia somente na mente do Deputado e Vereador de Curitiba Bona Turra. E que é bom se esclareça e eu já disse e repito isso, o Deputado Bona Turra só terá moral para cobrar alguma coisa com relação a Cidade de Curitiba quando esclarecer o Governo do Estado a sua situação com relação ao caso Ferreirinha e quando esclarecer também como é que o Banco do Estado do Paraná concede um empréstimo a um cliente que a sua conta corrente há muito tempo, muitos anos está sem movimento e sem lastro para conseguir financiamento.

Isso tudo ainda dentro do esquema Ferreirinha. A gente lamenta profundamente que o povo do Paraná, o dinheiro do povo do Paraná, que os Prefeitos do interior hoje reclamam o não investimento em suas cidades. O Governo do Estado fez média no saldo no Banco do Estado para se tornar o grande banqueiro, ele que tanto critica o grande Ministro, o grande banqueiro José Eduardo de Andrade Vieira que tem feito um trabalho grande para o Paraná e que não merece as críticas infames que têm sido assacadas contra ele pelo Governador do

Estado que a cada dia escala um para criticar.

Portanto, acho que primeiro o Deputado Bona Turra vai ter que trazer para esta Assembléia o processo do caso Ferreirinha, com a inocência do Governador do Estado, depois terá moral para vir aqui assacar acusações contra este ou contra aquele cidadão que tem prestado serviço a Curitiba, em especial o Prefeito Jaime Lerner que tem sido, sem dúvida alguma, uma pessoa importantíssima na história de Curitiba, do Paraná e do Brasil. Aí está a prova, cotado até para Presidente da República coisa que o Governador do Estado, com toda a força que tem com a máquina governamental, não consegue sair deste empecilho que está o Estado do Paraná.

O SR. MÁRIO BEZERRA - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nilton Barbosa) - Encerrada a Hora do Expediente, passamos à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 49 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, expediente subscrito pelo Sr. Deputado Erondy Silvério, na qualidade de Líder do PTB, constante do expediente, indicando o nome do Sr. Deputado que irá representar a Comissão de Estudos sobre o Gasoduto Brasil-Bolívia. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Expediente subscrito pelo Sr. Deputado Erondy Silvério, na qualidade de Líder do PTB, constante do expediente, solicitando sua substituição pelo Sr. Deputado Ademar Traiano, como membro da Comissão Especial de Reforma à Constituição. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Expediente subscrito pelo Sr. Deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente, comunicando sua ausência na sessão plenária do dia 13 do corrente mês, em virtude de compromissos partidários no município de Ipiranga. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Ofício n° 1737/93, subscrito pelo Sr. Deputado Fossoni, constante do expediente, justificando sua ausência na Sessão Plenária do dia 13 do corrente mês, em função de compromissos em sua Região. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Nelson Garcia, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria da Sra. Deputada Emilia Belinati, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Oswaldo Trevisan, constante do expediente.

Curitiba, terça, em 13.04.93
Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 431/92, de autoria do Deputado Anibal Khury, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná para Érico da Silva. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

O SR. DR. ROSINHA - Registrado voto contrário do PT com a justificativa devidamente apresentada.

O SR. PRESIDENTE (Nilton Barbosa) - Registrado.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 433/92, de autoria do Deputado Antonio Costenaro Neto, que declara de Utilidade Pública a Associação Antoniana dos Idosos de São Pedro do Ivaí, com sede no município de São Pedro do Ivaí. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 069/93, de autoria do Deputado Nilton Barbosa, que declara de Utilidade Pública a Associação de Desenvolvimento Comunitário Paredense - ASDECOPA, no município de Altônia. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 087/93, de autoria do Deputado Namir Piacentini, que concede o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná, ao Doutor Milton Luiz Pereira, Ministro do Superior Tribunal de Justiça. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

O SR. DR. ROSINHA - Com voto contrário do PT, conforme justificativa apresentada.

O SR. PRESIDENTE (Nilton Barbosa) - Registrado.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 089/93, de autoria do Deputado Nelson Garcia, que declara de Utilidade Pública Estadual o Serviço de Obras Sociais no município de Altônia. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 098/93, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, que declara de Utilidade Pública o Centro Promocional e Creche Aracy Soares

Santos, com sede e foro no município de Londrina-Pr. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 067/93, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 005/93, que transforma um Cargo de Provimento em Comissão de Denominação Chefe de Núcleo Regional, simbologia I-C para assessor, simbologia I-C, na Estrutura da Secretaria do Trabalho e da Ação Social. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F.. **Aprovado. (Public. no D.A. nº 15 de 15.03.93).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 067/93

P A R E C E R:

O presente plano de lei de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem nº 005/93, visa transformar um cargo de provimento em comissão de denominação Chefe de Núcleo Regional, simbologia I-C para Assessor, simbologia I-C, na estrutura da Secretaria do Trabalho e da Ação Social.

Analisada a matéria quanto ao seu aspecto legal e constitucional, nada encontramos que possa obstar a sua normal tramitação pelos órgãos competentes desta Casa.

Assim sendo, é o nosso parecer FAVORÁVEL, opinando-se pela sua devida aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 23.03.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
TOTI COLAÇO - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 067/93

P A R E C E R:

De autoria do Poder Executivo-Mensagem nº 005/93, o presente plano de lei diz que fica transformado um cargo de provimento em comissão de denominação Chefe de Núcleo Regional, simbologia I-C para assessor, simbologia I-C, na estrutura da Secretaria do Trabalho e da Ação Social.

Analisada a referida matéria pela Comissão de Constituição e Justiça, esta não encontrou óbices de natureza legal e constitucional a tramitação deste projeto.

Esta comissão ao examinar a referida proposta, verificou tratar-se apenas de alteração na denominação de cargo já existente, não acarretando qualquer aumento na despesa pública.

Isto posto, somos de parecer FAVORÁVEL a APROVAÇÃO deste projeto de lei.

É o parecer

Sala das Comissões, em 07.04.93.

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente
NEREU ALVES DE MOURA - Relator

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Gostaria

de registrar a presença nesta Casa de um dos pioneiros no Brasil em matéria de televisão, o doutor Nagib Chede, que foi o fundador da Televisão Paranaense Canal Doze, que hoje nos dá o orgulho de sua presença nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Nilton Barbosa) - Esta Casa fará registro e aproveito a oportunidade também para agradecer pela visita.

Sobre a mesa, Requerimentos nºs 791 e 792, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 810, de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 787, de autoria do Sr. Deputado Basílio Zanusso, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 794, de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 777, de autoria do Sr. Deputado Nelson Justus, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 798, de autoria do Sr. Deputado Severino Félix, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 799, 800, 801 e 802, de autoria do Sr. Deputado Eurides Moura, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 809 e 808, de autoria do Sr. Deputado João Iensen, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 780, de autoria do Sr. Deputado João Preis, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 778, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 779, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 804, 805 e 806, de autoria do Sr. Deputado Eurides Moura, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 803, de autoria do Sr. Deputado Severino Félix, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 782, de autoria do Sr. Deputado Cleiton Kielse, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 783, 784 e 785, de

autoria do Sr. Deputado Toti Colaço, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n.ºs 796 e 790, de autoria do Sr. Deputado José Alves, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n.º 793, de autoria do Sr. Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n.º 807, de autoria do Sr. Deputado Eurides Moura, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n.ºs 811 e 812, de autoria do Sr. Deputado João Iensen, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n.ºs 813 e 814, de autoria do Sr. Deputado Namir Piacentini, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n.º 797, de autoria do Sr. Deputado Mário Bezerra, constante do expediente. **Em Discussão.**

O SR. RENATO ADUR (Pela Ordem) - Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento n.º 767, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente da sessão anterior. **Aprovado.**

O SR. DR. ROSINHA (Para Encaminhar) - Sr. Presidente, Sra. e Srs. Deputados, nós temos discutido e acompanhado o debate a nível nacional sob a política de saúde nos últimos anos. Hoje um dos debates que se tem é se necessitamos ou não de médicos, e qual é a qualidade desse profissional a ser formado?

Recentemente estava se debatendo a abertura de um curso de medicina no Estado do Rio Grande do Sul. O Conselho Nacional de Saúde reuniu-se e debateu e definiu que não é prioridade Nacional a abertura de novas escolas de saúde.

O curso que abriu e está funcionando na cidade de Maringá, está sendo debatido também pelo Conselho Nacional de Saúde da razão de sua existência e do reconhecimento ou não de tal curso.

Então, hoje, há um debate nacional sobre a constituição e a abertura de novos cursos e qual o caráter desses cursos. Nós sabemos que, no início do ano de 92, dividindo o número de habitantes do nosso País pelo número de médicos, existia um médico para cada 650 pessoas no Brasil. O grande problema é a ausência de uma política de saúde e da concentração dos profissionais

em alguns Estados. A Região Sudeste concentra cerca de 60% dos médicos e as capitais, São Paulo e Rio de Janeiro, concentram cerca de 50% dos médicos da região Sudeste.

Portanto, o problema brasileiro é a política nacional de saúde e a má distribuição de médicos e não a quantidade de médicos. Outro problema é a qualidade desses profissionais médicos.

Portanto, necessita-se de estudos sérios e profundos quando se vai propor a abertura de novas faculdades, não só do caráter da formação desses profissionais, mas também a necessidade e a lotação desses profissionais após a sua formação.

Portanto, em função de não termos tudo isso já debatido ao nível de Estado e do Conselho de Saúde ter dado parecer contrário à abertura de novas faculdades, eu quero aqui registrar o voto contrário da bancada do Partido dos Trabalhadores.

É esta a justificativa.

O SR. PRESIDENTE (Nilton Barbosa) - Em votação. Os Senhores Deputados que aprovam conservem-se como estão. **APROVADO.** Voto contrário da Bancada do PT.

Explicações Pessoais:

O SR. PRESIDENTE (Nilton Barbosa) - Em Explicações Pessoais, concedo a palavra ao Senhor Deputado Paulo Maia, inscrito.

O SR. PAULO MAIA - Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Eu fico bastante feliz quando, já por diversas vezes, vejo daquela tribuna o Deputado Bona Turra citar Brizola como exemplo e é por isso que nós estamos aqui para segui-lo. Continue fazendo isso porque, de fato, ele tem sido um exemplo que, talvez, o próprio Requião não serve como exemplo para que V.Exa. o cite.

Com certeza com relação as acusações feitas nós não faremos como tem acontecido nesta Casa: quando faz um pedido de informações ou sequer uma explicação, vota-se contra ou não aceita o documento das oposições.

É medo da verdade. Com certeza, nós traremos as respostas às acusações que V.Exa. fez numa das sessões passadas nesta Casa.

Eu digo a V.Exa. hoje, quando V.Exa. cita que não são cinco famílias que mandam no Paraná, eu sou contrário; eu acho que não são cinco. Tem um governo do Paraná que acha que ele é o dono do Paraná, ele é o Poder Executivo, Legislativo e o Judiciário. É óbvio que com isso nós não concordamos.

Quando V.Exa. cita que fará um projeto a respeito dos grandes investimentos da

Educação, eu acho que o processo é por aí. Enquanto isso não houver, com certeza, nós não chegaremos a lugar algum, mas o investimento na Educação não se faz apenas com a fantasia, pensando que a criação da sala de aula ou a compra de carteiras representam investimento na qualidade da educação pública e devido a isso é que está aí o processo da proliferação das instituições particulares. Então, este investimento não veio.

Quando V.Exa. cita que eu estou fazendo discurso de política do regime militar, eu digo que estas palavras servem à boca de V.Exa. e não à minha porque a minha história se fez na luta; não se fez no gabinete ocupando cargos por benesses; a minha história se fez na luta. Se eu estou aqui hoje, estou porque tive uma luta, tenho uma luta de rua e eu acho que falo credenciado para isso.

Quando V.Exa. cita que devemos respeitar o voto do nosso eleitor, eu tenho procedido desta forma nesta Casa, tanto é que até hoje não me vendi; continuo tendo dificuldades e em todos os nossos trabalhos eu estou aqui. Eu não estou aqui para fazer como citou o Governador, quando eleito, de que ele jamais queria a aproximação daqueles que apoiaram Martinez ou daqueles que apoiaram Collor. Hoje está aí. Como é que V.Exa. explica a nota de primeira página de todos os jornais deste Estado do acerto do Governador e Martinez. É mentira? Precisa ser esclarecido com provas comprobatórias como nós vamos fazer aqui. Essas questões têm que ser postas. O Paraná precisa saber, porque o Paraná ouviu a história de Ferreirinha e não fui eu quem citou e não fui eu quem voltou a defender Collor e Martinez na praça pública não. Foi justamente o contrário. Isso precisa ser citado. Pratos limpos sobre a mesa. Hoje a televisão que foi criticada pelo Requião, está dentro do Palácio o acompanhando por todos os lados e a imprensa diz que o acordo saiu com medo de que ele fosse cassado pela Justiça Eleitoral. Quando V.Exa. cita a questão de massacres, nós temos na carne, nós, professores públicos, e eu faço questão de citar, quando nós lutávamos por salários, porque nós enfrentamos a pior crise de salários de toda a nossa história, não no governo do Richa que deu grande arrancada, mas nos governos posteriores e nós temos aqui em praça pública, o seu governo do PMDB. Na história do Paraná foi o que se rebelou contra os movimentos públicos, os movimentos dos trabalhadores que reivindicavam nada mais nada menos do que o direito de terem salários dignos e vida digna. Sangue desses funcionários ficou derrubado aqui na praça pública. Foi no seu governo do PMDB, não foi no de Leonel Brizola e não foi no de

Jaime Lerner. Então, quando V.Exa. diz essas questões, nós queremos que se prove. É óbvio que ainda dói, porque a derrota machuca, é lógico que a eleição massacradora que o Jaime deu ao Rafael, em Curitiba, ainda vai incomodá-los a todos por muito tempo porque Jaime está despontando nas cabeças. Não é porque eu quero, mas porque o povo quer. Agora, estou no Partido consciente daquilo que tenho pregado na praça pública aos meus eleitores e com certeza, não apoiarei corruptos, sejam eles, se estiverem dentro do PDT e com certeza não estarão, com certeza não terão o meu apoio. Se detectados, não terão o meu apoio e nem a minha cobertura. Quando V.Exa. cita fatos e pede a comprovação da corrupção do governo de Jaime Lerner e outros do PDT, eu gostaria que V.Exa. desse e não apenas citasse, mas desse os dados comprobatórios e eu quero, para finalizar, dizer a V.Exa. que se o que eu tenho dito e se o que eu disse serviu de carapuça para V.Exa. deve fazer uso do que eu citei. Agora vou citar a V.Exa. e deixar registrado nesta Casa, eu quero que me cite ou que cobre as minhas posições nesta Casa, quem tem moral para fazê-lo e tem mais história para fazê-lo, do que a minha.

Obrigado.

O SR. LUIZ HENRIQUE BONA TURRA (*Explicações Pessoais*).

O SR. PRESIDENTE (*Nilton Barbosa*) - Concedo a palavra ao Deputado Luiz Henrique Bona Turra.

O SR. LUIZ HENRIQUE BONA TURRA - Quero me parabenizar com o Deputado Paulo Maia, bem como com o Deputado Mário Bezerra e com o Deputado Algaci Túlio, só homens públicos de coragem e que têm história a preservar, assumem a defesa e creio que o direito à defesa mais ampla é direito fundamental. Me parablenizo, portanto, e os três parlamentares transcendem a condição de parlamentares menores e assumem a condição de parlamentares, na medida em que fazem a medida mais ampla. Acho que há apenas duas considerações, Deputado Paulo Maia. A primeira, a que diz respeito a essa questão que seria uma suposta negociação entre o cidadão Roberto Requião e o cidadão José Carlos Martinez. Aí, uma pequena aula de Direito Processual pode esclarecer plenamente V.Exa. Nós estamos diante de uma ação pública e o Direito Processual Brasileiro, tanto o Civil como o Penal, não admite e nem comporta negociação relativamente à ação pública, ainda que ambos acordassem quanto a interesses, não haveria possibilidade de deter a ação do Ministério Público. Uma vez iniciada a ação, somente o Ministério Público, me-

diante apreciação do Poder Judiciário pode determinar o arquivamento de uma determinada ação. Portanto, essa negociação não tem amparo legal e seria impossível. É o acordo que nós poderíamos denominar como acordo impossível, porque inexecutível. Quanto à história, V.Exa. faz e deve fazer o enunciação da sua história e eu o respeito, como sei também que V.Exa. me respeita. Tenho uma história de mais de dez anos dedicados ao movimento popular, a minha presença no movimento popular é uma presença que, portanto, data de mais de uma década, mais precisamente 15 anos de militância no movimento universitário, no movimento popular de associações de moradores, no movimento sindical, enfim, no movimento popular paranaense. E nós estamos debatendo.

Agora, as ações do movimento popular, as que foram e as que serão empreendidas contra o Governo antipopular que V.Exa. representa, aqui nesta Assembléia, são questões que não estão na esfera dos Partidos Políticos.

Creio que V.Exa. tem razão quando condena aspectos históricos do Governo do PMDB. Nós, que estamos governando o Estado há dez anos, cometemos erros. Com certeza, cometemos erros. Perdemos o controle sobre o aparato policial. Foi o que ocorreu na movimentação de massa dos professores. Foi o que ocorreu ainda mais recentemente, na questão agrária, em Campo Bonito. E deve merecer a nossa condenação. Já mereceu a minha condenação. No entanto, V.Exa. deve recordar que este aparato não fomos nós que criamos. Poderia responsabilizar V.Exa. e o Governo que V.Exa. representa nesta Casa pelas violências e agressões praticadas contra servidores públicos municipais, ainda recentemente, na mobilização por quê evocava V.Exa., uma mobilização dos servidores públicos do Estado, esquecendo-se que ainda recentemente os servidores públicos do Município, em passeatas, em mobilizações e inclusive em acampamentos em frente à Prefeitura Municipal de Curitiba, reivindicavam a exigiam um tratamento decente e tiveram, em contrapartida e em resposta do Governo que V.Exa. diz popular, a presença da Polícia Municipal, inclusive com agressões que alcançaram Parlamentares Estaduais e Municipais.

Digo, por último, que me compraz o adjetivo do Deputado Algaci Túlio, porque ser Vereador na cidade de Curitiba, ser Vereador em qualquer rincão do Paraná é sempre uma honra. Nasci aqui. Agora moro há mais de 15 anos. Vivi no interior do Estado. Sou um homem do Paraná. E, quando, Deputado Algaci Túlio levantava a nossa ausência em Brasília, esquecia-se o Deputado Algaci Túlio, porque mesmo tendo mais

de 50% de votação no Oeste do Estado, aqui me pronunciei, na minha base falei, e esclareci sobre as inconveniências e incorreções que significaria a divisão do Estado do Paraná.

Creio que este respeito recíproco, o debate político que estamos estabelecendo engrandece esta Casa. Tendo procurado responder todas as questões, que são as questões submetidas pelos Deputados da Oposição. Todas elas. A questão da Polícia Militar, a questão do Instituto Ambiental, sobre a qual vou tratar amanhã, e vou responder tantas quantas forem, porque faço a investigação e exerço o papel de fiscalização com a maior independência possível, apesar da precariedade e provisoriedade do meu mandato, com o máximo de independência possível, para que de fato o Governo do PMDB, o Governo de Roberto Requião signifique o cumprimento dos nossos objetivos.

Creio que V.Exa., como também os demais Deputados da Oposição, cumprem também um papel fundamental. Estou atento e vigilante a todas as suas considerações e tenho certeza que também as considerações que aqui trago merecem a consideração de V.Exas. no sentido de que nós possamos exercer a atividade parlamentar com independência e possamos exigir do Poder Executivo a implementação de programas populares e sociais.

Eu creio que deste debate nasce a luz. Portanto, eu me parabeno e trato todas estas divergências num plano estritamente político, num plano estritamente ideológico. Acho que é assim que nós podemos fazer com que esta Casa seja, de fato, a caixa de ressonância dos interesses de Curitiba, do Paraná e do Brasil. Eu agradeço, Sr. Presidente e Srs. Deputados.

O SR. ALGACI TÚLIO - Sr. Presidente, me inscrevo em Explicações Pessoais, também.

O SR. PRESIDENTE (Nilton Barbosa) - Concedo a palavra, para Explicações Pessoais, ao Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Não tinha a intenção, mas fui citado no discurso do Deputado Vereador Bona Turra.

Eu lamento que V.Exa. tenha se posicionado, em vários momentos, na defesa do Governador do Estado do Paraná, em questões sérias que atingem o Estado e a população paranaense.

Ainda na semana passada, nós desta tribuna, citamos o número extraordinário de desemprego que ocorre no Estado do Paraná. Citamos a perda que o Paraná está tendo, na sua produção agrícola. Citamos a situação caótica na qual vivem os funcionários públicos do Estado. Eles estão nos

jornais de hoje, citando a situação do IPE e outros setores mais. A Imprensa Oficial do Estado que clama por situações melhores para seus funcionários.

Na verdade, nós também não concordamos com a violência. Somos, aqui, defensores da justiça, do bom-senso. E, portanto, nós também, da mesma forma que condenamos o PMDB, quando aqui nesta praça pública e aqui nesta Assembléia, pernoitamos por várias noites em defesa dos servidores estaduais, também não permitimos a violência que ocorreu na última greve dos servidores públicos. Nós cobramos do Prefeito Rafael Greca de Macedo. Nós chamamos a atenção da direção da Guarda Municipal que infelizmente não tem correspondido e isso tem sido a minha cobrança constante ao Prefeito Rafael Greca.

Por isso não pode V.Exa. querer nos jogar em igualdade de condições da maneira e da forma como agiu o Governo do Estado na greve dos professores. Este foi um ato isolado que não teve as mínimas proporções que teve a greve dos professores e dos servidores públicos do Estado.

Por isso quando nós assumimos essa tribuna aqui em defesa, não em defesa, mas para provar a V.Exa. que teima em não reconhecer a capacidade, a inteligência, a criatividade do melhor Prefeito do Brasil, um dos melhores prefeitos do mundo e com orgulho para todos nós transformou esta cidade numa cidade que é conhecida internacionalmente. Porque há bem pouco tempo no Governo de Requião, no Governo Maurício Fruet quando se falava em Curitiba, dizia Interior de São Paulo, uma atriz um dia confundiu Curitiba com uma cidade do Estado de Santa Catarina. Hoje não, hoje lá fora todo mundo sabe onde é que fica Curitiba, quando fala-se em Jaime Lerner falam do Prefeito da Capital do Estado do Paraná que eu tive orgulho de sair com ele pela periferia da cidade levá-lo à vitória extraordinária lá na 145 quando V.Exa., onde o seu partido sempre tinha o maior poder de votos. Hoje o PMDB não pode sair nas ruas na 145 pedir votos porque não tem moral para isso. Está devendo muito para a cidade de Curitiba, saneamento básico que a cidade não tem e que o Governo de V.Exa. teima nos seus discursos, nas suas matérias, em dizer que a cidade está carente de saneamento básico e da água. Ora, como se isso fosse uma obrigação da Prefeitura. Quer dizer, teima na mentira e quer que o povo aceite essa mentira. Orgulho tenho de ter sido vice-Prefeito dessa cidade, de ser parceiro de Jaime Lerner, melhor Prefeito do Brasil, um dos melhores prefeitos do mundo e com a certeza absoluta, só se não quiser ser Governador do Estado para se dedicar e atender os apelos não do nosso partido apenas, mas das grandes li-

deranças nacionais que querem vê-lo lá no planalto como Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (Nilton Barbosa) - Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 14, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA - das Proposições, n.ºs. 105/92, 108/92, 001/93, 004/93, 005/93 e 009/93.

2.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.º 067/93.

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.º 054/93.

Levanta-se a sessão

Atos da Comissão Executiva:

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N.º 134/93

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta da Resolução n.º 64, de 17 de setembro de 1990, deste Poder,

R E S O L V E:

Art. 1.º - A Gratificação de Atividade, instituída pelo Ato da Comissão Executiva n.º 043, de 16 de janeiro de 1993, a ser paga no mês de março de 1993, calculada sobre o total da remuneração de fevereiro de 1993, dos servidores do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, excluídos o salário-família, as indenizações e as importâncias relativas a vencimentos ou vantagens atrasados, passa a ter os índices percentuais fixados na forma do disposto abaixo:

I - 25% (vinte e cinco por cento) aos servidores efetivos, inativos e cargos em comissão;

II - 35% (trinta e cinco por cento) aos servidores C.L.T. e Regime Único, Lei n.º 10.125, de 29.10.92;

III - 30% (trinta por cento) para as pensões de ex-Parlamentares;

IV - 25% (vinte e cinco por cento) para as pensões de viúvas de ex-Deputados;

V - 25% (vinte e cinco por cento) para as Funções Gratificadas e Gratificação de Representação de Gabinetes;

VI - O valor do salário-família, por dependente legal, fica fixado em Cr\$ 15.000,00 (quinze mil cruzeiros);

Art. 2.º - O limite a ser pago, a qualquer título aos servidores desta Assembléia Legislativa, não poderá ultrapassar

a remuneração de Secretário de Estado, acrescido de 35% (trinta e cinco por cento);

Art. 3º - Este ato entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 1º de março de 1993, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX de Dezembro", em 23.03.93.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 135/93

Retificar o Ato da Comissão Executiva nº 308/81, de 17 de agosto de 1981, para conceder aposentadoria, a pedido, CLOVIS STADLER DE SOUZA, matrícula nº 0023, ocupante do cargo de Procurador, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 35, inciso III, letra "a" da Constituição Estadual, Art. 138, inciso II, Art. 140, inciso I, da Lei nº 6174/70; e Art. 11 da Resolução nº 52/89, de 21 de novembro de 1989, com proventos mensais e integrais correspondentes ao seu cargo efetivo; verba de representação conforme disposto no Art. 3º, da Lei nº 8198 de 17 de dezembro de 1989; e, trinta por cento (30%) referente a seis (06) adicionais, observando-se, neste, o que dispõe o inciso XIV, do Art. 37, da Constituição Federal, resultando em proventos mensais no valor de Cr\$ 43.046,60 (quarenta e três mil, quarenta e seis cruzeiros e sessenta centavos), que aplicado ao redutor de salários importa em Cr\$ 23.955,40 (vinte e três mil, novecentos e cinquenta e cinco cruzeiros e quarenta centavos), valores estes correspondentes à data da Resolução nº 52/89, de 21 de novembro de 1989, que equiparou o Procurador desta Assembléia ao Procurador da Justiça.

(Prot. nº 6073).

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 136/93

Retificar o Ato da Comissão Executiva nº 047/93, de 01 de fevereiro de 1993, para conceder aposentadoria, a pedido, a ZENNO PACIORNIK, matrícula nº 411, ocupante do cargo de Consultor Técnico "A"-NU-2, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 140, incisos I e III da Lei nº 6174/70, com proventos mensais e integrais correspondentes ao seu cargo efetivo, acrescidos de vinte por cento (20%) de gratificação inerente à simbologia DAS.3, cinco (05) triênios de acordo com o Art. 4, § 1º, da Resolução nº 02/64 e Proposição nº 66/83; cinco (05) quinquênios de acordo com o Art. 170 e parágrafo único da Lei nº 6174/70; cinco (05) adicionais de acordo com o Art. 37, inciso XIV da Constituição Federal, e Proposições nºs 7894/91 e 4347/92, do Tribunal de Contas do Estado do Paraná; 100% (cem por cento) de gratificação pela prestação de serviços em regime de tempo integral e dedicação exclusiva, de acordo com o Art. 1º da Lei nº 6794/76, com nova redação dada pelo Art. 6º da Lei Complementar nº 21/84, de conforme o que dispõe o Decreto Legislativo nº 229/85, resultando em proventos mensais no valor de Cr\$ 14.424.900,08 (quatorze milhões, quatrocentos e vinte e quatro mil, novecentos cruzeiros e oito centavos), perfazendo o total anual de Cr\$ 173.098.800,96 (cento e setenta e três milhões, noventa e oito mil, oitocentos cruzeiros e noventa e seis centavos).

(Prot. nº 9437/91).

Palácio "XIX de Dezembro, em 01.04.93.

(aa) ORLANDO PESSUTI - Presidente

ANIBAL KHURY - 1º Secretário

DIRCEU MANFRINATO - 2º Secretário